UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA

São Luís

2016

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 3
1.1 Corpo Docente do Curso 4
1.2 Colegiado do Curso (Portaria CCSO nº 012/2016 DIR) 4
1.3 Núcleo Docente Estruturante (Portaria CCSO nº 014/2014 DIR) 5
1.4 Corpo Técnico Administrativo 5
1.5 Campo de atuação do egresso 5
2 JUSTIFICATIVA 6
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA 12
4 BASES LEGAIS DE FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 17
5 OBJETIVOS 19
5.1 Geral 19
5.2 Específicos 19
6 METODOLOGIA 20
7 ESTRUTURA CURRICULAR 21
7.1 Perfil profissional 21
7.2 Competências e Habilidades 21
7.3 Princípios da Formação Profissional 22
7.4 Eixos temáticos constitutivos do Currículo 23
7.5 Componentes Curriculares por Núcleo de Fundamentação 24
7.5.1 Organização Curricular do Curso de Serviço Social 24
7.5.2 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social 27
7.5.3 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira 35
7.5.4 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional 46
7.5.5 Estágio Curricular - 720 horas 70
7.5.6 Trabalho de Conclusão de Curso - 90 horas 71
7.5.7 Atividades Acadêmicas Complementares - 315 horas 72
7.5.8 Políticas de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação 73
7.5.9 Política de Pesquisa 75

7.5.10 Política de Extensão 78
7.5.11 Política de Pós-Graduação 85
8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO 88
8.1 Avaliação do Discente 88
8.2 Avaliação do Docente 89
8.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 89
9 POLÌTICA DE INCLUSÃO 91
10 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO 92
REFERÊNCIAS 93
ANEXO A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: período, carga horária, n.º de créditos, pré-requisitos e demanda departamental 97
ANEXO B - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS: carga horária, número de créditos e demanda departamental 100
ANEXO C - MATRIZ CURRICULAR E FLUXOGRAMA DO NOVO CURRÍCULO 101
ANEXO D - QUADRO EQUIVALÊNCIAS DE DISCIPLINAS 102
ANEXO E - QUADRO DE IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DO NOVO CURRÍCULO 104
ANEXO F - NORMAS PARA RECONHECIMENTO E INCORPORAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DO ALUNO 105
ANEXO G - REGULAMENTOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 106
ANEXO H - NORMAS DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFMA 114
ANEXO I - NORMAS DE MONOGRAFIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, COMPLEMENTARES À RESOLUÇÃO Nº 1175/2014 - CONSEPE 120
ANEXO J - PARECER SOBRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL 124

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- **Nome do Curso:** Bacharelado em Serviço Social
- **Título:** Bacharel em Serviço Social
- **Instituição de Ensino Superior:** Universidade Federal do Maranhão
- **Endereço, CEP e fone:** Avenida dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga, CEP: 65.080-805; Fone: (98) 32728439
- **Unidade Acadêmica:** Departamento de Serviço Social
- **Ato de Reconhecimento:** Decreto nº 39082, de 30 de abril de 1956
- **Renovação de Reconhecimento:** Portaria MEC nº 1, de 06 de janeiro de 2012. Diário Oficial 09 de janeiro de 2012
- **Código do Curso do e-MEC:** 11434
- **Modalidade:** Presencial
- **Turno de Funcionamento:** Matutino e vespertino
- **Duração média do Curso:** 04 anos
- **Prazo Mínimo de Integralização:** 04 (quatro) anos
- **Prazo Máximo de Integralização:** 06 (seis) anos
- **Carga Horária total:** 3000
- **Componentes Curriculares:** Disciplinas - 1875h;
  Estágio em Serviço Social - 720h;
  Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - 90h;
  Atividade Complementar (parte flexível) - 315h
- **Vagas:** 80 vagas anuais

1.1 Corpo Docente do Curso

Quadro 1 - Corpo Docente

Professor	Carga Horária	Regime de Trabalho	Titulação
Annova Miriam Ferreira Carneiro	40	DE	Doutorado
Aurora Amélia Brito de Miranda	40	DE	Doutorado
Carla Cecília Serrão Silva	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Cândida da Costa	40	DE	Doutorado e pós-doutorado
Célia Soares Martins	40	DE	Mestrado
Cleonice Correia Araujo	40	DE	Doutorado
Cláudia Alves Durans	40	DE	Doutorado
Cristiana Costa Lima	40	DE	Doutorado
Jeovana Nunes Ribeiro	40	DE	Doutorado
Lília Penha Viana Silva	40	DE	Doutorado
Maria do Socorro Sousa de Araújo	40	DE	Doutorado
Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira	40	DE	Doutorado e pós-doutorado
Maria Jacinta Carneiro Jovino da Silva	40	DE	Doutorado
Maria Leidinalva Batista de Miranda	40	DE	Mestrado e em processo de doutoramento
Marli Alcântara Ferreira Morais	40	DE	Doutorado
Maly de Jesus Sá Dias	40	DE	Doutorado
Naíres Raimunda Gomes Frias	40	DE	Doutorado
Rilda Bezerra de Freitas	40	DE	Doutorado
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	40	DE	Doutorado
Selma Maria Muniz Marques	40	DE	Doutorado
Silvane Magali Vale Nascimento	40	DE	Doutorado
Silse Teixeira de Freitas Lemos	40	DE	Doutorado e pós-doutorado
Selma Maria de Oliveira Brandão	40	DE	Doutorado
Zaira Sabry Azar	40	DE	Doutorado

1.2 Colegiado do Curso (Portaria CCSO nº 012/2016 DIR)

- Annova Miriam Ferreira Carneiro (Dep. Serviço Social);
- Arleth Santos Borges (Dep. de Sociologia e Antropologia);
- Cristiana Costa Lima (Dep. Serviço Social);
- Selma Maria de Oliveira Brandão (Dep. Serviço Social);
- Silse Teixeira de Freitas Lemos (Dep. Serviço Social);
- Zaira Sabry Azar (Dep. Serviço Social);
- Maristela Guedes Cavalcanti (Representante Estudantil).

1.3 Núcleo Docente Estruturante (Portaria CCSO nº 014/2014 DIR)

- Aurora Amélia Brito de Miranda;
- Annova Miriam Ferreira Carneiro;
- Cristiana Costa Lima;
- Lilia Penha Viana Silva;
- Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira;
- Selma Maria de Oliveira Brandão.

1.4 Corpo Técnico Administrativo

- Alice Gomes Martins;
- Paula Lucélia Silva Rocha;
- Samuel Caldas Carvalho.

1.5 Campo de atuação do egresso

- Instituições Públicas ou privadas que implementem Políticas Sociais nas áreas de Seguridade Social (previdência, assistência social e saúde);
- Instituições que implementem políticas públicas nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Sócio-jurídica, Políticas Urbanas e Políticas Rurais;
- Movimentos Sociais Urbanos e Rurais;
- Instituições do Terceiro Setor (organizações sociais, organizações não governamentais);
- Diversos setores organizacionais das Instituições Privadas.

2 JUSTIFICATIVA[1]

A formação sócio histórica maranhense contém elementos que denotam uma configuração profundamente marcada pela ação de longos mandonismos políticos (CALDEIRAS, 1978), capazes de imprimir-lhe certa estabilidade, ou mesmo estagnação, social, política, econômica e cultural. Dentre esses elementos, destacam-se: padrões culturais, formas de estruturação social e organização econômica, assentados no patrimonialismo e na centralização, os quais contingenciaram o controle do poder político estatal por uma única classe ou grupo. Destacam-se, ainda, a distância geográfica dos centros hegemônicos do país, que propiciou, por um lado, certo isolamento da sociedade maranhense, em relação aos processos de mudança que redefiniram a sociedade civil naqueles centros, e que, por outro lado, favoreceu o desenvolvimento de formas peculiares na relação entre o estado, o poder central e a sociedade civil; e a diversidade intra-regional do estado que dificultava a comunicação entre municípios, microrregiões e a capital, São Luís. Isso propiciou a formação de oligarquias locais que assumiram a dominação política em suas áreas de influência, em conformidade com pactos e alianças firmadas com a classe detentora do poder estatal, também constituída, de forma oligárquica.

Esse padrão sócio-histórico se consolidou e se reproduziu através da formação de grupos políticos de caráter mandonista, articulando formas modernas e conservadoras de perspectivas de desenvolvimento para o Estado ao mesmo tempo, em que promovem uma extrema concentração de renda, riqueza, poder e propriedade, pautadas em relações patrimoniais, paternalistas e clientelistas que propiciam a subtração das possibilidades de um desenvolvimento mais equânime para o Estado.

Em decorrência desse processo o estado destaca-se no cenário nacional, sobretudo por apresentar os piores indicadores sociais, muito embora possua grande potencial de crescimento e desenvolvimento, considerando sua localização privilegiada, ocupando parte da região amazônica, vasta área de terras férteis

---

[1] Texto extraído de trabalhos das docentes do Departamento de Serviço Social (DESES) e pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Pobreza e Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP): Cleonice Correia Araújo, Selma Maria de Oliveira Brandão, Maria Eunice F. Damasceno Pereira, Maria do Socorro Sousa de Araújo e Salviana de Maria pastor Santos Sousa e da tese de doutoramento da professora Lília Penha Viana Silva.

propícias para a agricultura, clima ameno com duas estações climáticas bem definidas, muitos rios, além do segundo maior litoral brasileiro, com 640 km².

De acordo com dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Maranhão possui uma área de 331.935,507 km², uma população estimada em 6.569.683 habitantes, dividida em 217 municípios, distribuídos em 05 mesorregiões e 21 microrregiões. Dentre os estados da região Nordeste foi aquele onde se registrou o maior crescimento populacional na última década, 16,51%. Apesar de registrar a quarta maior população da região, atrás apenas dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará a densidade demográfica do Maranhão ainda é considerada baixa, 19,78 habitantes por km².

Esse contingente populacional está distribuído em municípios com estruturas produtivas ainda rudimentares e de baixa capacidade de geração de ocupações que possam absorver o contingente de força de trabalho em condições dignas de assalariamento, configurando situações profundo empobrecimento.

Assim, evidenciamos que os municípios maranhenses em sua quase totalidade possuem um elevado contingente de população pobre e tem como principal fonte de receita os recursos do Fundo de Participação Municipal (FPM). Segundo Silva (2006) o FPM associado a transferências de renda oriundas das aposentadorias rurais e de Programas como o Bolsa Família (BF), compõe um montante que representa quase toda a renda que circula em muitos municípios do Maranhão. Esse conjunto de determinantes configura o perfil socioeconômico desse estado marcado por um quadro social de profundas desigualdades, expressas em baixos padrões no que se refere às condições de vida da maioria da população.

Nesse sentido é que o Maranhão tem sido considerado um dos Estados mais pobres do país, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Embora entre 2001 e 2012, o índice de pobreza extrema tenha reduzido de 35,0% para 17,7%, a proporção da população maranhense abaixo da linha da pobreza ainda é muito superior à média nacional (15,2% e 5,3% para 2001 e 2012, respectivamente), ainda que esse estado tenha alcançado uma redução expressiva desse índice (17,3 pontos percentuais) ainda é de longe, na própria Região Nordeste, o Estado com maior índice de extrema pobreza em 2012.

Ademais, de acordo com o documento Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2010), os dados encontrados em 2009 sobre o acesso à educação no

Maranhão, expressam que esse estado ainda está distante de superar o analfabetismo, pois 19,1% dos jovens de 15 anos ou mais de idade ainda estão na condição de analfabetos. Da mesma forma, 15,3% dos jovens de 18 a 24 anos só trabalhavam, portanto, estavam fora da escola. Isto se reflete nos segmentos mais idosos, pois 55,6% de pessoas de 60 anos ou mais de idade não possuíam instrução nenhuma ou tinham menos de um ano de estudo. Neste mesmo estrato populacional, 28,7% das pessoas de 60 anos ou mais de idade viviam com rendimento domiciliar per capita de até ½ salário mínimo.

Considerando a importância mediadora da educação, os dados referentes aos indicadores educacionais expostos acima, indicam que há uma tendência persistência da situação de pobreza no Maranhão, haja vista que a inserção no mercado de trabalho, a garantia de sobrevivência e manutenção pessoal e familiar, mesmo nos casos dos postos de trabalho com menor remuneração, é diretamente relacionada com o grau de escolaridade daqueles que buscam trabalho.

Os resultados alcançados pelo modelo de desenvolvimento que historicamente tem sido adotado podem ser observados através da análise da economia maranhense na última década, pois estudos realizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) (2009) mostram que o Maranhão ocupa a 8ª colocação na Região Nordeste quando se trata de Produto Interno Bruto per capita, à frente apenas do Piauí, e o 26º lugar no ranking de todos os Estados, ou seja, apresenta as mais baixas taxas da Região e do país. No entanto, podemos dizer que o Maranhão não é um Estado pobre, quando verificamos que o Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 2007 foi de R$ 31,606 bilhões, o 4º maior da Região Nordeste e o 16º do país, o que reafirma a tese de que ele é um Estado extremamente desigual.

Essa desigualdade presente no Maranhão e que tem sido demonstrada nos estudos do IMESC (2009) não se expressa apenas na distribuição da riqueza, mas também na própria estrutura da produção desta riqueza, situação que se mostra clara quando se analisa o nível de participação dos municípios na formação do PIB do Estado. A capital São Luís, é responsável por 38,95% do PIB maranhense, enquanto que os 104 municípios (48% do total dos municípios) representam apenas 10,04% do PIB total.

Outro estudo realizado pelo IMESC (2010) com base em dados do IBGE demonstra o desempenho também desigual dos setores da economia,

demonstrando que o setor de Serviços possui um peso significativo para o dinamismo da economia, com 54,2%, seguido da Agropecuária, 24,8% e a Indústria com 21,0%. Por exemplo, quanto ao desempenho agrícola o que se evidencia é o privilegiamento das culturas de grãos (soja, milho) e celulose direcionada para a exportação em detrimento da produção voltada para a agricultura familiar e mercado interno tais como: feijão, arroz e mandioca.

Nesse sentido é que o IMESC (2009), afirma que o crescimento da economia maranhense nesse período teria sido condicionado, pela expansão das exportações de commodities minerais e agrícolas, pelas transferências federais e pelo crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário, fatores que impulsionaram tanto o crescimento da indústria quanto do comércio e serviços.

É nesse contexto sócio-histórico que inserimos e demarcamos a importância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) enquanto instituição que deve ser responsável pela produção de conhecimentos críticos capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento da sociedade na qual está inserida, particularmente dos segmentos subalternizados.

É com base no entendimento do processo de formação sócio-histórica do Estado do Maranhão e do papel que a Universidade deve desempenhar no sentido de contribuir com o modelo de desenvolvimento é que demarcamos a historicidade das profissões. Tendo claro que as profissões não surgem numa sociedade pela vontade de alguns indivíduos. É o movimento da história que cria processos, fenômenos e situações que favorecem o seu surgimento, seu florescimento, suas mudanças e até a sua morte. Nesse sentido demarcamos que a gênese do Serviço Social encontra-se na ampliação das desigualdades sociais inerentes a ordem capitalista.

Inscrita na divisão social do trabalho, no Brasil, a profissão de Serviço Social surge na década de 1930 como um importante instrumento de controle da Igreja, do Estado e de frações das classes dominantes para intervir nas mazelas da questão social, entendida aqui como uma categoria histórica, sintetizadora das desigualdades, necessidades e lutas sociais, cuja origem se encontra nas relações estabelecidas entre os homens, independentemente das formas de organização societária. A partir do modo de produção capitalista evidenciam-se, de maneira mais contundente, suas manifestações sob a forma de problemas sociais, econômicos e

políticos e o seu enfrentamento pelo Estado e pelos diferentes segmentos das classes subalternas.

Diante disso, a emergência do Serviço Social no Maranhão torna-se uma necessidade histórica diante do agravamento das expressões da questão social no Estado.

O Curso de Serviço Social (CSS) da UFMA destaca-se como pioneiro na trajetória da formação profissional do assistente social no estado. Fundada em 1953, por iniciativa da Arquidiocese de São Luís, à época dirigida pelo Arcebispo Metropolitano D. José Medeiros Delgado, a referida Escola foi anexada à Faculdade de Filosofia, através do Decreto Episcopal nº. 5 de fevereiro daquele ano, como versa o texto do Decreto de sua criação (ACEBISPADO METROPOLITANO DO MARANHÃO, 1953).

Em 1961, a Escola Maranhense de Serviço Social passou à denominação de Faculdade de Serviço Social e integrou-se à Universidade Católica do Maranhão. No ano de 1966, no âmbito desta Universidade, entrou para o sistema federal de ensino universitário, por força da Lei nº 5.152, de 21.10.66, que instituiu a Fundação UFMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, [20--?]). A incorporação da faculdade de Serviço Social à Fundação UFMA se confunde, pois com a própria criação desta instituição em 1966, que se constituiu da junção de várias faculdades isoladas. Algumas fundadas e mantidas pelo governo federal como Direito, Farmácia e Odontologia e outras, como Ciências Econômicas, Enfermagem, Filosofia, Ciências e Letras, Medicina e Serviço Social que pertenciam à Universidade Católica do Maranhão.

Da emergência do Serviço Social no estado ao seu reconhecimento acadêmico científico, se passaram mais de seis décadas. Inúmeras conquistas marcam a trajetória desta profissão no Maranhão, em todas as suas dimensões: da formação acadêmica ao exercício profissional, passando ainda pela produção do conhecimento e a organização política.

Nesse sentido observa-se a requisição dessa força de trabalho especializada nos mais diversificados espaços sócio ocupacionais: no Estado - em suas três esferas de governo (União, Estado e Município) e de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) –, em empresas privadas capitalistas e públicas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, em Conselhos de Políticas Públicas, em assessoria a organizações e movimentos sociais. Atua ainda na

formulação e implementação de políticas sociais, em experiências que integram o chamado *terceiro setor* e ONGs, fazendo emergir inéditas requisições de demandas a esse profissional, de onde decorrem novas habilidades, competências e atribuições.

Esses novos espaços sócio ocupacionais, conforme Iamamoto (2007) exigem novas qualificações e conhecimento para realizar diagnóstico de municípios, leitura e análise de orçamento público, domínio dos processos de acompanhamento e gerenciamento de programas, conhecimento na área de recursos humanos, conhecimento no campo da pesquisa, educação popular. Exige também um perfil de profissional crítico, investigativo, criativo, capaz de formular, avaliar, recriar propostas. Requer competência[2] teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo que o habilite a responder às demandas profissionais entendo-as enquanto totalidade histórica.

[2] A perspectiva de competência tomada como referência no contexto do trabalho do Assistente Social fundamenta-se nas normativas da profissão, especialmente no seu Código de Ética. Supõe um profissional crítico, atento à dinâmica histórica da sociedade, rigoroso quanto ao trato teórico-metodológico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA

A proposta de currículo do CSS/UFMA constitui-se uma síntese do amplo processo de avaliação e revisão do projeto de formação profissional desenvolvido no âmbito deste Curso. Este processo envolveu todas as professoras vinculadas ao DESES/UFMA, estudantes de Serviço Social, supervisores técnicos de estágio e assistentes sociais representantes do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MA).

A revisão curricular se estruturou em torno de três eixos principais: a) as determinações político-estruturais decorrentes da incorporação de medidas reformistas e contrarreformistas de viés conservador que tem sido adotada pelos diferentes governos brasileiros a partir dos anos 1990; b) as repercussões de tais medidas, no contexto da Política de Educação, particularmente na educação de nível superior com a intensificação do processo de mercantilização e privatização do ensino; c) e, sobretudo, a necessidade de discutir e estruturar formas de enfrentamento a estas questões reafirmando o imperativo de um projeto que preconiza uma educação emancipatória fundamentada numa opção ética, política, teórica e metodológica. Tal projeto tem balizado a direção social da formação profissional assumida historicamente por este Curso desde a proposta curricular de 1982, vinculada às lutas e demandas dos setores populares e o redimensionamento de conteúdos programáticos e de práticas pedagógicas para o avanço da formação profissional nessa direção.

Tais questões são demarcadas por condições sócio-históricas nas quais ocorrem transformações da sociedade brasileira, sob a orientação neoliberal - hegemônica em todo o mundo – no contexto da crise mundial da sociedade capitalista, com repercussões destrutivas no conjunto da vida social.[3] Assim, as alterações no âmbito das práticas sociais, em que se inscrevem o Serviço Social

[3] A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a educação superior brasileira segue um modelo voltado para o desmonte da educação pública, e, consequentemente, da Universidade pública, privilegiando assim, a educação privada e as unidades de ensino nesta modalidade. Consequentemente, observa-se o aumento das faculdades privadas especialmente na modalidade de Ensino à Distância (EAD), de acordo com as orientações e metas dos Organismos Multilaterais, abrindo para o mercado a educação nos países periféricos privilegiando o capital financeiro, pois "[...] as políticas sociais públicas, são entregues aos negócios privados." (BEHRING, 2003), e a educação superior aparece como um dos mercados mais promissores ao lucro.

como profissão e a universidade como instituição básica de formação, tendem para o fortalecimento dos princípios privatistas e individualistas sob o domínio do mercado, em detrimento da satisfação das necessidades humanas básicas. Tais princípios são contrapostos à perspectiva societária à qual a proposta curricular em desenvolvimento nos cursos de Serviço Social no país, desde a década de 1980[4], busca vinculação. Ao mesmo tempo, admite-se que nessas mesmas bases, contraditoriamente, desenvolvem-se as possibilidades de enfrentamento e superação dessas questões articuladas aos processos de construção de alternativas à sociedade capitalista na perspectiva da emancipação humana.

Nesses marcos contraditórios, a revisão curricular no CSS/UFMA se ancora no pressuposto de que qualquer projeto de formação profissional deve ser constantemente acompanhado, avaliado e revisto. É com esse entendimento que este Curso historicamente tem conduzido processos de revisão curricular no sentido de acompanhar as mudanças advindas dessa dinâmica societária e das questões presentes no âmbito da profissão. É nessa perspectiva que se insere a presente revisão.

Importa destacar que este processo foi dinamizado por uma Comissão de Currículo[5] como uma estratégia político-institucional e acadêmica de discussão, encaminhamento e sistematização das questões pertinentes à formação profissional

---

[4] Nesse movimento nacional destaca-se a significativa participação de docentes e estudantes do CSS/UFMA, mediante o desempenho de funções de direção política desse processo nos âmbitos regional e nacional e de assessoria e intervenção nos fóruns de debates sobre a formação profissional na condição de conferencistas e expositores de comunicações. Nesse período destaca-se a participação das professoras Franci Gomes Cardoso e Marina Maciel Abreu como membros efetivos do Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) e na coordenação nacional de graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e das estudantes Andréia Carla Santana Everton e Daniela Araújo Vieira como representantes estudantis na Diretoria da ABEPSS e na direção nacional da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A professora Franci Gomes Cardoso integrou a comissão nacional de currículo responsável pela mobilização elaboração e síntese das diretrizes curriculares. A professora Marina Maciel Abreu integrou a primeira Comissão de Especialista na área de Serviço Social junto à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). A professora Lourdes Maria Leitão Nunes Rocha contribuiu como Vice-Presidente Regional Norte da ABEPSS.

[5] Considerando o entendimento histórico presente no CSS/DESES da UFMA de que os projetos de formação devem ser acompanhados e avaliados é que sempre existiu no âmbito destas instâncias grupos de trabalho com o objetivo de coordenar esse processo. No caso específico desta revisão, tal processo foi coordenado por vários grupos de trabalhos envolvendo as seguintes docentes: Lilia Penha Viana Silva, Maria Virgínia Moreira Guilhon, Raimunda Nonata Nascimento Santana e Silvane Magali Vale Nascimento; Cláudia Alves Durans; Cândida da Costa, Naíres Raimunda Gomes Farias, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa e Selma Maria Silva de Oliveira Brandão (2006/2008); Maria do Socorro Sousa Araújo; Cândida da Costa, Maria Leidinalva Batista Miranda, Marli Alcântara Ferreira Morais; Cleonice Correia Araújo; Silse Teixeira Lemos, Aurora Amélia Brito de Miranda, Marly Alcântara Ferreira Morais; Cristiana Costa Lima e Selma Maria Muniz Marques (2010).

e ao currículo do CSS/UFMA e ancorada nos subsídios da proposta nacional de formação profissional que está expressa nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS[6].

As atuais Diretrizes expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, de totalidade e as respostas da profissão à conjuntura na perspectiva da consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. As referidas Diretrizes apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional[7].

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e "[...] desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas." (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 63).

Nesta nova lógica, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógica diferenciada como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares dentre

---

[6] Cumpre enfatizar que no momento em que iniciávamos esta revisão a ABEPSS realizou uma pesquisa em âmbito nacional para Avaliar o Processo de Implementação das Diretrizes Curriculares. Os resultados desse trabalho serviram de subsídio importante para pensar o nosso processo de revisão.

[7] Importa esclarecer que estes Núcleos de Fundamentação estão definidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e articulam o conjunto de disciplinas que compõem o projeto de formação profissional em Serviço Social em todo o país, a saber: **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social** - Disciplinas: Antropologia, Economia Política, Filosofia, Metodologia nas Ciências Sociais e o Serviço Social, Psicologia Social, Sociologia, Teoria Política, Trabalho e Relações Sociais, Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social, Relações de Gênero e o Serviço Social; **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira** - Disciplinas: Formação Sócio histórica do Brasil; Serviço Social e Questão Social I, II e III, Movimentos Sociais e Serviço Social, Política Social I e II, Seminário Temático I e II; **Núcleo de Fundamentos do Trabalho profissional -** Disciplinas: Administração e Supervisão em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social, Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa em Serviço Social I e II, Planejamento Social, Serviço Social e Processos de Trabalho I e II, Educação Popular e Serviço Social, Oficina de Processos Pedagógicos e Instrumentos Pedagógicos I, II e Estágio em Serviço Social I e II.

outros; além das atividades integradoras do currículo: o estágio supervisionado, que agora é formalizado em 15% da carga horária total do curso e o trabalho de conclusão de curso.

Essa lógica curricular se expressa de forma inovadora ao romper com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, e lança um "[...] desafio político e uma exigência ética." na direção do projeto profissional que se reafirma com essas diretrizes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 63).

Nesse sentido, importa destacar que este processo de revisão curricular iniciou suas atividades a partir de um plano de trabalho alicerçado nos seguintes objetivos:

- Analisar, a partir do resultado dos trabalhos do Núcleo de Ensino[8], os Programas das diferentes disciplinas priorizando duas dimensões: os Programas por disciplinas e em seu conjunto. Quanto à análise dos programas por disciplina buscou-se: compatibilizar e verificar a adequação das ementas às diretrizes curriculares da ABEPSS (correspondência entre ementa e programa; coerência interna do programa (relação entre objetivos e unidades); repetição e lacunas de conteúdos; adequação entre carga horária, conteúdo e bibliografia: atualidade e qualidade); No que se refere ao Conjunto dos programas, buscou-se analisar: (articulação entre os diferentes programas, repetições das ementas, conteúdos programáticos e bibliografia, lacunas de conteúdo, adequação do conjunto de programas aos Núcleos/ Eixos a que se vinculam, capacidade de prover competências e habilidades e localização da disciplina na matriz curricular);
- Realizar, mediante a aplicação de questionários específicos, um mapeamento de questões pertinentes à implantação do Projeto Pedagógico, tomando como referência a visão de professores e alunos do CSS/UFMA;
- Efetuar a revisão das Políticas de Estágio e de Monografia em consonância com as normativas da ABEPSS e da UFMA – Resolução nº 1175-CONSEPE, de 21 de julho de 2014;

[8] Cabe dizer que existem no DESES 02 Núcleos: um de Ensino que congrega a discussão das disciplinas e do estágio e outro de pesquisa e extensão que envolve os projetos de pesquisa e extensão e monografias de conclusão de curso. Tais núcleos agregam todas as docentes em reuniões periódicas onde são discutidas as questões pertinentes ao bom desenvolvimento de cada uma destas dimensões da formação profissional.

- Discutir e revisar a Política de Pesquisa e Extensão do DESES bem como a articulação com a Pós-Graduação, sobretudo com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) haja vista que o DESES é o proponente do mesmo e um dos departamentos que lhe dá sustentação.

Na dinâmica local de revisão curricular evidenciam-se avanços significativos em que pese o aprofundamento de dificuldades, sobretudo de ordem institucional, assim como as questões teórico-metodológicas e políticas particulares do Serviço Social e dos processos internos de funcionamento do CSS e DESES/UFMA para garantir a continuidade e conclusão dos trabalhos. Tais dificuldades são agudizadas no contexto da UFMA, considerando a política privatista da educação superior aprofundada no país nas últimas décadas e que tem sido adotada paulatinamente pelas instituições federais de ensino superior.

As condições institucionais manifestam-se, no âmbito da UFMA, sobretudo, na crescente redução do quadro de pessoal e nas dificuldades de qualificação dos novos quadros. Expressam-se ainda nos critérios mercantilistas de avaliação docente, na redução dos recursos para a pesquisa, no incentivo para a formação profissional norteada pelos valores do mercado, na deterioração das instalações físicas.

Assim, o conteúdo deste documento está organizado em dois tópicos, envolvendo esta introdução e a estrutura curricular. Apresenta, ainda, como anexos, o Quadro demonstrativo das disciplinas obrigatórias (ANEXO A); o Quadro demonstrativo das disciplinas optativas (ANEXO B); a matriz curricular e fluxograma (ANEXO C). Em relação à estrutura curricular cabe ressaltar a preocupação presente em todo o processo de revisão quanto à unidade orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão, destacando-se a demarcação de dez eixos temáticos constitutivos do currículo, como mediações fundamentais na formulação deste, enquanto síntese de um projeto de formação profissional.

4 BASES LEGAIS DE FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que estabelece o Plano Nacional de Educação; Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o sistema eletrônico E-MEC; Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social; Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social; Resolução nº 1175-CONSEPE/2014, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão; Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Lei de Regulamentação da Profissão: Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993; Código de Ética de 1993; Resolução nº 1, de 14 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos; Resolução nº 1111-CONSEPE, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803-CONSEPE, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade; Resolução nº 1191-CONSEPE, de 3 de outubro de 2014, que altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos; Normas de monografia do CSS/UFMA, complementares à Resolução nº 1175/2014 - CONSEPE (ANEXO I) e Normas de Estágio do CSS/UFMA, complementares à Resolução nº 1191/2014 - CONSEPE (ANEXO H).

O CSS considera em seu Projeto Político Pedagógico as discussões em torno das questões: étnicos raciais, educação ambiental, educação em direitos humanos, relações de gênero, pessoa com deficiência e Libras como fundamentais para o processo de formação profissional em Serviço Social.

Para tanto, estabelece uma disciplina obrigatória com carga horária de 30h intitulada Relações Étnicos Raciais no Brasil e o Serviço Social, além de tratar como tema transversal em disciplinas como: Formação Sócio Histórica do Brasil e o Serviço Social, Serviço Social e Questão Social I, e nas disciplinas optativas Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania; uma disciplina optativa com carga horária de 60h denominada Questão Ambiental e Políticas Públicas; ademais o tema é tratado transversalmente nas disciplinas: Serviço Social e Questão Social II e III; uma disciplina eletiva com carga horária de 60h intitulada Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania, além de tratar como tema transversal em disciplinas como: Política Social I e II, Movimentos Sociais, Questão Social I, II e II; uma disciplina obrigatória com carga horária de 30h intitulada Relações de Gênero e Serviço Social, além disso esse tema é tratado transversalmente em outras disciplinas como: Ética Profissional em Serviço Social, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Serviço Social no campo Sociojurídico e Movimentos Sociais e Serviço Social; uma disciplina optativa com carga horária de 60h intitulada Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas, além da temática constituir-se como tema transversal em disciplinas como Ética Profissional em Serviço Social, Movimentos Sociais e Serviço Social, Política Social I e Política Social II, Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania, Libras, dentre outras.

Em relação ao Estágio Obrigatório e não Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), o CSS dispõe de Normas Complementares em acordo com as normativas legais em vigor (Resolução nº 1191/2014 - CONSEPE, que altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos; Normas de monografia do CSS/UFMA, complementares à Resolução nº 1175/2014 - CONSEPE e Normas de Estágio do CSS/UFMA, complementares à Resolução nº 1191/2014 - CONSEPE), as quais estão em anexo.

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

- Formar profissionais capazes de inserir-se criticamente no conjunto das relações sociais e num mercado de trabalho competitivo e em constante mutação;
- Favorecer a vivência de ricas experiências formativas, que capacitem o discente teórico, político e eticamente a desempenhar as funções inerentes ao exercício profissional de acordo com o Projeto Ético-Político da profissão.

5.2 Específicos

- Preparar o/a aluno/a para compreender o contexto sócio político e econômico no âmbito internacional, nacional e local;
- Subsidiar o corpo discente para formular e implementar propostas que potenciem o enfrentamento de manifestações da questão social em resposta às demandas profissionais;
- Possibilitar a articulação de todos os componentes curriculares da formação acadêmica com as demandas do mercado de trabalho, considerando as dimensões teóricas metodológicas, éticas política e técnico operativo da profissão;
- Permitir o caráter interdisciplinar da formação profissional articulando as diferentes áreas do conhecimento;
- Capacitar o alunado para elaborar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais.

6 METODOLOGIA

Temos como pressuposto que a construção do conhecimento perpassa pelo conjunto de técnicas, métodos e estratégias didático-pedagógicas que possibilitem a apreensão crítica da realidade social. Assim sendo o processo de formação acadêmico profissional se fundamenta em princípios e diretrizes nacionais tais como:

- Flexibilidade que possibilita a dinamicidade do currículo expressa na definição de disciplinas e outros componentes curriculares: Oficinas Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I e II, Seminários Temáticos para discussão de temas conjunturais que exigem uma compreensão analítica em momentos históricos determinados, Atividades Complementares possibilitam a formação para além das atividades de sala conformando o caráter interdisciplinar no projeto de formação acadêmica. Buscando ainda alcançar os objetivos e garantir o desenvolvimento das competências e habilidades propostas pelo Curso também se lança mão das Tecnologias da Informação para o repasse dos conteúdos ministrados nas várias disciplinas (data show, vídeos, filmes, wi-fi, dentre outras);
- Indissociabilidade nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão transversal em todos os componentes curriculares: nas disciplinas através de trabalhos que exigem pesquisas de campo, visitas monitoradas a instituições, inserção de alunos nos cinco grupos de pesquisa e extensão existentes no DESES e articulados ao PPGPP onde desenvolvem atividades de iniciação científica, nos estágios obrigatório e não obrigatório e na monografia de conclusão de curso.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

7.1 Perfil profissional

Profissional capaz de inserir-se criticamente no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho mediante:

- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades da construção e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- Formulação e implementação de propostas profissionais que potenciem o enfrentamento de manifestações da questão social em resposta às demandas das classes sociais; propostas essas objetivadas através de políticas sociais públicas e privadas, bem como integradas à formação e gestão de recursos humanos e aos processos organizativos das classes subalternas, privilegiando o interesse dessas classes; e considerando as diversidades e desigualdades sociais;
- Exercício da docência para a formação profissional específica do Assistente Social e de outros profissionais de áreas afins;
- Realização de pesquisa sistemática sobre a realidade social e o próprio Serviço Social, contribuindo para subsidiar ações profissionais e outros processos interventivos e para o avanço da produção do conhecimento no campo da profissão e de áreas afins;
- Organização político-sindical como expressão da consciência de sua condição de trabalhador.

7.2 Competências e Habilidades

Com base na Lei nº 8.662/1993[9], que regulamenta a profissão de Assistente Social, as competências e habilidades deste profissional correspondem fundamentalmente a:

[9] Esta Lei substitui a Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957, que confere o monopólio do exercício da profissão aos portadores de diploma e o Decreto-Lei nº 994, de 15 de maio de 1962, que regulamentava a lei, definindo requisitos, atribuições e prerrogativas dos profissionais.

- Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, bem como a formação e gestão de recursos humanos, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas e organizações da sociedade civil;
- Assessoria e apoio aos movimentos e grupos sociais populares no exercício e conquista dos direitos civis, políticos e sociais;
- Assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e organizações político-sindicais direcionadas aos interesses e segmentos das classes subalternizadas;
- Orientação a indivíduos e grupos usuários de seus serviços profissionais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos e ainda no sentido de responder a outras demandas específicas;
- Planejamento, execução e avaliação de pesquisa que possam contribuir para a análise da realidade social, para subsidiar ações profissionais e outros processos interventivos e para o avanço da produção do conhecimento na área de Serviço Social e áreas afins;
- Desenvolvimento da docência para a formação profissional na área de Serviço Social e áreas afins.

7.3 Princípios da Formação Profissional

- Flexibilidade e organicidade do currículo na definição e articulação de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: pesquisa, extensão, oficinas/laboratórios, seminários temáticos, monitoria, visita monitorada, viagem de estudo, participação em eventos científicos e profissionais, etc.;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social e a construção de respostas profissionais;
- Adoção de uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Articulação das dimensões interventiva e investigativa do Serviço Social como condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade;

- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de (04) quatro horas/aula diárias de atividades nestes últimos;
- Defesa da interdisciplinaridade nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento da natureza da vida acadêmica e profissional, o que impõe o necessário debate sobre as várias tendências teóricas em luta pela direção da formação e do exercício profissional;
- Garantia da ética em todas as dimensões da formação profissional;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

7.4 Eixos temáticos constitutivos do Currículo

O currículo do CSS é articulado em torno de eixos temáticos que expressam a vinculação histórica do Serviço Social com a questão social e as mediações pelas quais essa vinculação se faz e se expressa. Partindo-se deste critério foram definidos treze eixos temáticos:

1. Serviço Social em sua inserção no movimento da sociedade: dimensão ético-política; processos históricos e fundamentos teórico-metodológicos; processos interventivos, pesquisa; formação profissional e organização dos assistentes sociais;
2. Questão Social e Políticas Públicas;
3. Questão agrária, urbana e ambiental;
4. Movimentos Sociais e direitos;
5. Direitos humanos;
6. Desigualdades sociais e pobreza: formas históricas de enfrentamento;
7. Relação entre Estado e Sociedade Civil: políticas sociais, organizações políticas e estratégias de participação;
8. Diversidades e desigualdades sociais: classes sociais, gênero, raça/etnia, geração e pessoa com deficiência;
9. Instituições Sociais e Controle Social;
10. Serviço Social nos processos de mundialização;

11. Transformações no mundo do trabalho, sindicalismo e outras formas de organização dos (as) trabalhadores (as);
12. Cultura e subjetividade;
13. Desenvolvimento regional.

7.5 Componentes Curriculares por Núcleo de Fundamentação

7.5.1 Organização Curricular do Curso de Serviço Social

Quadro 2 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

Código	Nº	Disciplina	Depto.	CH				CR	
				T	P	E	Geral	T	P
	01	Antropologia	Sociologia e Antropologia	60	00	00	60	04	00
	02	Economia Política	Economia	60	00	00	60	04	00
	03	Filosofia	Filosofia	60	00	00	60	04	00
	04	Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social	Sociologia/ Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	05	Psicologia Social	Psicologia	60	00	00	60	04	00
	06	Sociologia	Sociologia e Antropologia	60	00	00	60	04	00
	07	Teoria Política	Sociologia e Antropologia	60	00	00	60	04	00
	08	Trabalho e Relações Sociais	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	09	Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social	Serviço Social	30	00	00	30	02	00
	10	Relações de Gênero e Serviço Social	Serviço Social	30	00	00	30	02	00
Subtotal				**510**	**30**	**00**	**540**	**34**	**01**

Quadro 3 - Núcleo de Fundamentos de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

Código	Nº	Disciplina	Depto.	CH				CR	
				T	P	E	Geral	T	P
	01	Formação Sócio Histórica do Brasil e Serviço Social	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	02	Movimentos Sociais e Serviço Social	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	03	Política Social I	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	04	Política Social II	Serviço Social	60	00	00	60	02	01
	05	Serviço Social e Questão Social I	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	06	Serviço Social e Questão Social II	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	07	Serviço Social e Questão Social III	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	08	Optativa I	Serviço Social	60	00	00	60	02	01
	09	Seminário Temático I	Serviço Social	15	30	00	45	01	01
	10	Seminário Temático II	Serviço Social	15	30	00	45	01	01
Subtotal				**420**	**150**	**00**	**570**	**24**	**07**

Quadro 3 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

Código	Nº	Disciplina	Depto.	CH				CR	
				T	P	E	Geral	T	P
	01	Administração e Supervisão em Serviço Social	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	02	Ética Profissional em Serviço Social	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	03	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	04	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	05	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Serviço Social	60	00	00	60	04	00
	06	Metodologia do Trabalho Científico	Biblioteconomia	45	00	00	45	01	01
	07	Pesquisa em Serviço Social I	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	08	Pesquisa em Serviço Social II	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	09	Planejamento Social	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	10	Serviço Social e Processos de Trabalho	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	11	Educação Popular e Serviço Social	Serviço Social	30	30	00	60	02	01
	12	Estágio	Serviço Social	00	00	720	720	00	00
	13	Optativa II	Serviço Social	60	00	00	60	02	01
	14	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I	Serviço Social	30	00	00	30	00	01
	15	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social II	Serviço Social	30	00	00	30	00	01
Subtotal				**555**	**210**	**720**	**1485**	**29**	**11**

Integralização do Curso	
Componentes Curriculares	**CH**
Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social	540
Núcleo de Fundamentos de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	570
Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	1485
Trabalho de Conclusão de Curso	90
Atividades Complementares	315
Total	**3000**

7.5.2 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

- **Antropologia - 60 horas**

A antropologia como ciência. Objeto da antropologia. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Bibliografia Básica

LAPLATINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeira parte – Marcos para uma história do pensamento antropológico).

MAIR, Lucy. Introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979 (Capítulo 1 O que é antropologia social. P. 24-34, Capítulo 2 – Como se desenvolveu a antropologia social. P. 24-37).

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural-iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1986. (Capítulo 2 – Antropologia cultural, objeto e método).

Bibliografia Complementar

AUGE, Marc. Por uma antropologia dos mundos contemporâneos. 1997

DAMATTA, Roberto. Relativizando uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VELHO, G. Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

ZALUAR, A. (org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

- **Economia Política - 60 horas**

A economia política clássica, a crítica da economia política. Valor e repartição na economia clássica. Mercadoria, dinheiro e capital na crítica da economia política. A análise neoclássica e keynesiana. Trabalho e divisão social do trabalho. Valor e repartição na economia clássica. Mercadoria, dinheiro e capital na

crítica da economia política. Trabalho e divisão social do trabalho. As mudanças atuais nos padrões de acumulação e suas expressões na economia internacional e brasileira.

Bibliografia Básica:

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E.J. A história do marxismo. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HUBERMAN, L. A história da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar editores, 33 1983.

MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril, 1983.

Bibliografia Complementar

KARL, M. O Capital. Vol.I – tomo I e II. Os economistas. São Paulo: abril cultural, 1983-1984.

KURTZ, R. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MANDEL, E. A crise do capital. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

- **Filosofia - 60 horas**

O significado da filosofia e a história do pensamento filosófico: Aristóteles, Kant, Hegel, Marx. Filosofia, ideologia e ciência social. A questão da ética e da moral: do pensamento clássico ao contemporâneo.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1987.

CHAUÍ, M. Primeira filosofia: lições introdutórias. S. Paulo, Brasiliense, 1984.

ABBAGNANO, N. História da filosofia. Presença, Lisboa, v. XIV, 1970.

ARANHA, M. L. A., Martins, M. H. P. Filosofando. Introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

Bibliografia Complementar

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martins Claret, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986.

COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. São Paulo: Victor Civita, 1983. (Coleção os pensadores).

DARTIGUES, A. O que é fenomenologia. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

OLSON, G. Introdução ao existencialismo. São Paulo: Brasiliense, 1970.

- **Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social - 60 horas**

Conhecimento científico e sua relação com o senso comum. As relações entre teoria, método e objeto no processo de produção de conhecimento científico sobre a realidade social. Diferentes perspectivas teórico-metodológicas: Marx, Durkheim e Weber. Problematização dos objetos históricos: o papel da teoria e da realidade neste processo.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCKESI, Cipriano, et. Al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991. II Parte, Cap. III e IV, p. 136-153.

MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MINAYO, Maria C. de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

PÁDUA, Elisabete M. Marchesine de. Metodologia da pesquisa: Abordagem teóricoprática. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Bibliografia Complementar

BARROS, Aidil J. S.; LEHFELD, Neide A. S. Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. I, II, III, p. 23-61.

- **Psicologia Social - 60 horas**

As principais matrizes teóricas da psicologia social. A construção da subjetividade e da identidade no processo de produção e reprodução da vida social. Interpretação da representação e do imaginário na vida social.

Bibliografia Básica

CODO, W. (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DORAY, B. Da produção à subjetividade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

DUARTE, N. A individualidade para-si. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

Bibliografia Complementar

MORENO, J. L. Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, Psicoterapia de grupo e sociodrama. Goiânia: Dimensão, 1992.

MOSCOVICI, F. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio,1997.

SPINK, M. J. P. A Cidadania em construção: uma reflexão interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

- **Sociologia - 60 horas**

Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim). A crise dos paradigmas. O pensamento sociológico contemporâneo**.**

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais. São Paulo: Scritta, 1996.

DURKHEIM, Émile. Textos selecionados. José Arthur e Gannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

DAGNINO, Evelina. (Org.) Anos noventa: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRAMSCI, Antônio. Obras escolhidas. Vol. I e II, Lisboa: Estampa, 1974.

LESSA, Sergio. A Ontologia de Lukcas. Maceió: Edufal, 1996.

MARX, Karl; Engels, F. A ideologia alemã. Vol. I. Portugal: Editorial Presença, Brasil, Livraria Martins Fontes.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Ática, 1978.

____. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Morais, 1987.

- **Teoria Política - 60 horas**

Fundamentos histórico-conceituais do Estado: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx e Gramsci. Os conceitos de democracia e cidadania. O Estado-Nação. Análise do Estado capitalista moderno. As principais ideologias contemporâneas: liberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

WEFFORT, F. C. Os clássicos da política, vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.

WEFFORT, F. C. Os clássicos da política, vol. 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COUTINHO, C. N. Marxismo e política. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

____. A Questão Judaica. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

- **Trabalho e Relações Sociais - 60 horas**

Trabalho como categoria fundante do ser social. O trabalho sob o capitalismo. O trabalho e a sociabilidade capitalista. A polêmica sobre a centralidade do trabalho.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Ed Cortez.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Serviço Social e Questão Social no Maranhão: resgate histórico do trabalho do pescador artesanal na ilha de São Luís. Dissertação de Mestrado. UFMA. 2007

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ. 2010.

Bibliografia Complementar

ALVES. Giovanni. As dimensões da reestruturação do capital: ensaios de sociologia do trabalho. São Paulo: Editora Práxis, 2007

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: Editora UEMA, 2006.

BENJAMIM, César. Desemprego de uma abordagem teórica: notas sobre os neoclássicos. Keynes e Marx. Disponível em:<http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711121739590.Desempregoabordagem.pdf>.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e força de trabalho. In: BRAVERMAN, Harry. Trabalho monopolista e capital: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DURANS, Claudia Alves. Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IANNI, Otávio. A racionalização do mundo. Tempo social. Revista Sociológica, São Paulo, v. 8, n. 1. 1996.

- **Relações Étnico-Raciais no Brasil e Serviço Social - 30h**

Teorias sobre raça/etnias. O processo histórico das relações étnico-raciais no contexto da relação capital x trabalho. As relações ético-raciais na formação social, econômica, política e cultural do Brasil. O racismo nas relações sociais. O trabalho profissional do (a) Assistente Social no contexto das relações étnico-raciais no Brasil e no Maranhão.

Bibliografia Básica

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios das comunidades de antigos quilombos no Brasil: a primeira configuração espacial. Brasília, DF, 1999.

FREYRE, Gilberto de Melo. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Ed. Global, 2006

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

MUNANGA, Kabengelê. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

Bibliografia Complementar

GUIRALDELLI Reginaldo L; ENGLER Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008. Disponível em:<http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/12/77>.

BELUCHE, Renato; STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p.187-191.

- **Relações de Gênero e Serviço Social - 30 horas**

Gênero como categoria de análise histórica. O patriarcado como elemento estruturante das relações de gênero. O debate contemporâneo sobre as interseções entre relações de gênero, de classe, de raça/etnia; relação público e privado; relação produção/reprodução. O feminismo como sujeito político. Sexualidade, corpo e orientação sexual. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas no Brasil e no Maranhão. O trabalho profissional do (a) assistente social no contexto das relações de gênero no Brasil e no Maranhão.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília, DF.

ENGELS, Friedrich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em Serviço Social. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 14, n. 1, jan./abr. 2003. Disponível em:<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/40-dossie-faurym>.

FOUCAULT, M. A história da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle, Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. Disponível em:<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a05371322007>.

LISBOA, Teresa, K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>.

Bibliografia Complementar

LOURO, Guacira Lopes. et al. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em:<www.clam.org.br/bibliotecadigital/.../867_1567_louroguaciralLopescorpoeducado.pdf>.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>.

PINTO, Céli Regina. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 3. jun. 2010. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Gênero e a formação das/dos assistentes sociais no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Texto didático mimeo, s/d.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes; DIAS, M. J.S.; LEMOS, S. T. F. Pesquisa organismos executivos de políticas públicas para as mulheres no Maranhão: desafios e perspectivas. São Luís: Halley, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em:<https://archive.org/details/scott_gender>.

7.5.3 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

- **Formação Sócio Histórica do Brasil e Serviço Social - 60 horas**

Formação da sociedade brasileira nas interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Machado de Assis.

Bibliografia Básica

ALENCAR, Francisco et al. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1994.

AQUINO, et al. Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

FLORESTAN, Fernandes. A Revolução Burguesa: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PAULO NETTO, José. Capitalismo Monopolista e Serviço social. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2006.

PRADO, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. O Brasil, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- **Movimentos Sociais e Serviço Social - 60 horas**

Teorias sobre os movimentos sociais. Os movimentos sociais no Brasil e no Maranhão. A transversalidade de gênero, raça/etnia e geração nos movimentos sociais. A relação do serviço Social com os movimentos sociais como elemento essencial no Projeto Ético -Político do Serviço Social.

Bibliografia Básica

AMMANN, Safira Bezerra. Movimentos Sociais: unidade na diversidade. In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 36, Ano XII, 1991.

COSTA, Cândida; LIMA, T. M (Org.). Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2003.

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.

LOPES, Josefa Batista; CARDOS, Franci Gomes. O trabalho do assistente social nas organizações de classe. In. CRESS. Direitos sociais e competências profissionais, CEFSS/ABEPSS. 2009

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. Os Movimentos Sociais: sujeitos, projetos e espaços das lutas sociais. In. Estado, Classe e Movimento Social. 2. edição. São Paulo: Ed. Cortez. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

SECHERRER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Bibliografia Complementar

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Estado/Movimentos Sociais no Campo: a trama da construção de uma política pública no Maranhão. Manaus: UEA Edições, 2014.

BARROS, Maria do Amparo Gomes. Contribuição do Serviço Social no processo de organização popular; uma experiência na prática profissional. São Luís: UFMA, 1983 (Monografia de conclusão de Curso de Especialização).

BOITO, Jr, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: RELUME-DUMARÁ: ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1993.

LOBO, Elisabeth Sousa. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- **Política Social I - 60 horas**

A constituição da Esfera Pública, a relação público x privado e o controle social. A emergência e desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas. Configuração dos sistemas de proteção social: as particularidades da América Latina. Formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas sociais.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah, A. As esferas pública e privada. In: _____. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2001. p.31-82.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008. p.47-55.

EUZÉBY. Alain. Proteção Social, Pilar da Justiça Social. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal, São Paulo: Cortez, 2004. p.11-32;

SALVADOR, Evilásio. A origem da seguridade social. In: Fundo Público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez. p.71-79; 79-116.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. Avaliação de Políticas e Programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001. p. 37-43.

VIEIRA, Evaldo. Política Social na América Latina. In: _____. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2009. p.62-116.

Bibliografia Complementar

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. Coordenação de tradução de João Ferreira. 4.ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1992.

DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. 4. reimpr., 1. ed. de 1996. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DRAIBE, Sonia. A política no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

- **Política Social II - 60 horas**

Emergência e desenvolvimento das políticas sociais no Estado brasileiro. Corporativismo e clientelismo na formação da política social brasileira. Seguridade Social no Brasil: descentralização, participação e controle social nas políticas sociais. Demandas sociais e desafios profissionais para o Serviço Social.

Bibliografia Básica

BHERING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social, fundamentos e história, 3. ed. 2007.

CARVALHO. José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 7. ed. 2005.

COUTO, Berenice Rojas. Direito social e assistência social na sociedade brasileira, uma equação possível? 2. ed. 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais. 2000.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social, caminhos da construção democrática. 2. ed. 2000.

Revista Serviço Social e Sociedade, n. 88, novembro de 2006.

Revista Serviço Social e Sociedade, n. 112, outubro/dezembro de 2012.

Bibliografia Complementar

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAURELL, Asa C. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, Asa C. (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MESTRINE, M. Luiza. O estado entre a filantropia e a Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2001.

- **Serviço Social e Questão Social I - 60 horas**

Fundamentos históricos da questão social e seus elementos constitutivos: necessidades, lutas e desigualdades sociais decorrentes das relações de classe, gênero, etnia e raça. Indicação sobre as diferentes formas de enfrentamento da questão social pelo Estado e pela sociedade civil, destacando nesse âmbito a função histórica da Igreja. As particularidades da questão social na América Latina e no Brasil.

Bibliografia Básica

CERQUEIRA, Francisco Gisálio. A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

DURANS, Cláudia A. Limites do Sindicalismo e Reorganização da Luta Social no Brasil: uma análise a partir das experiências de metalúrgicos e ferroviários no Brasil. São Luís: EDUFMA, 2009.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LÊNIN. O Estado e a Revolução. In: Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

WAGNER, Alfredo. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Caderno de Pesquisa. CPT/Maranhão.

Bibliografia Complementar

HELER, Agnes. La Teoria de Las Necessidades em Marx. Ediciones Penísula, 1978.

PAULO NETTO, José. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise perspectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1991.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Polyara. A P. Necessidades humanas: subsídios à critica dos mínimos sociais. 4. ed. 2007.

- **Serviço Social e Questão Social II - 60 horas**

Elementos conceituais e históricos da questão social no campo, com ênfase nas principais correntes teóricas de interpretação do capitalismo no campo, destacando a perspectiva histórico-estrutural. A Questão Agrária e Agrícola no Brasil, na Amazônia e no Maranhão: formação histórica e formas de enfrentamento pelo Estado e pela sociedade civil. A centralidade da terra na expressão da questão social no campo: elementos da relação campo-cidade.

Bibliografia Básica

ARCANGELLI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ANDRADE, Manuel Correa de. Ensaios sobre a Realidade Maranhense. São Luís: IPES, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1979.

PEREIRA, José Roberto. Terras e reforma agrária. In: Significados da terra. Woortamann. Ellen F. (org). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas campo. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

WECH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais no século XX. Revista Lutas e Resistência, n. 1, 2006.

Bibliografia Complementar

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981

_____. O Cativeiro da Terra. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luís: EDUFMA, 2010.

SANTOS, Murilo; ANDRADE, Maristela de Paula. Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

- **Serviço Social e Questão Social III - 60 horas**

Elementos históricos e conceituais da questão social na cidade enfatizando: o processo de constituição do urbano e as desigualdades sócio-espaciais; a migração campo-cidade; a questão do poder local; as políticas públicas municipais; a gestão urbana, lutas e movimentos sociais. Principais manifestações da questão urbana no Brasil, na Amazônia e no Maranhão, destacando: a questão da moradia; a alocação desigual de serviços e equipamentos coletivos; a segregação socioespacial, a violência e a questão ambiental.

Bibliografia Básica

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

CASTELLS, M., BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, 1996.

ACSELRAD, H. Introdução. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

BURNETT. C. F. L. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna. In: Cidades Brasileiras: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO. A. L. Política habitacional: a descentralização perversa. In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: IPPUR e DP&A Editora, 2000.

ENGELS, F. A burguesia e o problema habitacional. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, n 17, 1981.

MARICATO. Ermínia et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013;

_____. Para entender a crise urbana, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Bibliografia Complementar

KOWARICK, L. Exploração do trabalho e espoliação urbana: lutas sociais em São Paulo. São Paulo: CEDEC, 1984.

_____ . A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ . Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2009.

_____. Escritos Urbanos. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2009.

LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981-1997.

SILVA, M. O. da S. e. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

- **Disciplinas Optativas:**
  - **Famílias, Infâncias, Adolescências e Políticas Públicas - 60 horas**

Famílias nos diversos contextos sócio-históricos e suas concepções. Famílias e expressões da questão social no Brasil. Famílias no âmbito das políticas públicas. Fundamentos sócio históricos, lutas sociais e concepções sobre infância e adolescências. A violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil e no Maranhão: estratégias de enfrentamento pela sociedade civil e pelo Estado. A política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil e no Maranhão e a construção do Sistema de Garantia de Direitos.

Bibliografia Básica

BERTHOUD, C. M. E. (Org.). Ensaios sobre formação e rompimento de vínculos afetivos. Taubaté (SP): Cabral Editora Universitária, 1998.

CARVALHO, M. do C. Brandt de (Org.). A família contemporânea em debate. 3. ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2000.

MIOTO, Regina C. Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). Familismo, direitos e cidadania: contradições da Política Social.São Paulo: Cortez, 2015.

AMPARO, Deise matos de et al. Adolescência e violência: teorias e práticas nos campos clinico, educacional e jurídico. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas. Brasília, DF: UNESCO/BID, 2002.

Bibliografia Complementar

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. Revista Brasileira de Estudos de população, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 1989.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 37, mai. 1981.

MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. Cadernos PAGU, São Paulo, n. 24, jan./jun. 2005.

CARVALHO, M. do C. Brandt de (org.) A família contemporânea em debate. 3. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

FREITAS, Marcos César (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Luís, 2000.

- **Questão Ambiental e Políticas Públicas - 60 horas**

As relações homem-natureza: as forças produtivas sob o capital. Desigualdades sociais e questões ambientais. Políticas Públicas e a questão do desenvolvimento sustentável. Movimentos sociais e outras organizações no Brasil, na Amazônia e no Maranhão.

Bibliografia Básica

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

LÖWY, Michael. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete; Silva, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.19, nº 2, p. 37-50, jul./dez. 2009. Disponível em:<https://docs.google.com/file/d/0B0--tS_Kbeq-UDMwSnY4YmU4anM/edit?pref=2&pli=1>.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da

“questão social". Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. esp., p. 194-204, 2010. Disponível em:<http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

ZACARIAS, Rachel Santos. Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. Temporalis, Brasília, DF, ano 12, n. 23, p. 125-151, jan./jun. 2012. Disponível em:<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2913>.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças e. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. Temporalis. Brasília, DF, ano 12, n. 24, p. 127-143, jul./dez. 2012**.** Disponível em:<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3128>.

GOMEZ, André Villar; BLANK, Javier. Crítica das forças produtivas: guerra, destruição ecológica e criação do mundo pós-natural. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29. p. 49-64, 2012. Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3882/2724>.

GUERRA, Eliana Costa. Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. esp., p. 257-267, jul./dez. 2014. Disponível em:<http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>.

LÖWY, Michael. Cenários do pior e alternativa ecossocialista. In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 681-694, out./dez. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/06.pdf>

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. "Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a10v15n1.pdf>.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008. Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94/87>.

- **Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania - 60 horas**

Fundamentos históricos das necessidades humanas e sociais. A história da institucionalização dos direitos humanos e da cidadania. A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Bibliografia básica

CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção sinopses jurídicas, v. 30).

DORNELLES, João Ricardo W. O que são Direitos Humanos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs). Ética e direitos: ensaios críticos. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FORTI, Valeria; BRITES, Cristina Maria (Orgs). Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. ABC dos direitos humanos. Leme: J. H. Mizuno, 2006.

Bibliografia complementar

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs). Mulher, sociedade e direitos humanos. São Paulo, Rideel, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JÚNIOR, Wilson Rodrigues Ataíde. Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil: a situação do sudeste do Pará. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2006.

MONDAINI, Marco. Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.

- **Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas - 60 horas**

Tipos de deficiências. Pessoas com deficiências: Lutas, movimentos sociais e Políticas Públicas.

Bibliografia Básica

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente na escola. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 36, p. 47-62, 2004

COUTINHO. Márcia M. de Azevedo. A inclusão da pessoa com deficiência visual na Educação Superior e a construção de suas identidades. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, 2011.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de filosofia e Ciências, Universidade estadual Paulista, 2010.

MACHADO, Edileine Vieira. Políticas Públicas de Inclusão no Ensino Superior. Itinerários da Inclusão Escolar: Múltiplos Olhares, Saberes e Práticas. Olga Solange Herval Souza (org.). Porto Alegre: Ed. Ulbra, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de Julho de 2007, prorrogada pela portaria n. 948, de 09 de outubro de 2008. Brasília, DF, 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Incluir - Acessibilidade à educação Superior. SECADI/ SESu – 2013. Orienta a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, afim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior. Disponível em:<htpp//portal.mec.gov.br/índex.php? option= com_content&id= 17433>.

- **Seminários Temáticos**
  - **Seminário Temático I - 45 horas**

Temas conjunturais que exigem uma compreensão analítica em momentos históricos determinados.

A bibliografia será definida a partir de temas conjunturais.

  - **Seminário Temático II - 45 horas**

Temas conjunturais que exigem uma compreensão analítica em momentos históricos determinados.

A bibliografia será definida a partir de temas conjunturais.

7.5.4 Ementas das Disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

- **Administração e Supervisão em Serviço Social - 60 horas**

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais de organização do trabalho. Tecnologias de gestão das demandas e das necessidades sociais. O Serviço Social e as novas modalidades de gestão social.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

GUEDES, Álvaro Martins. A eficiência no gasto público e os dilemas do seu controle. IN: Controle Social da Administração Pública: cenário, avanço e dilemas no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007

SALVADOR. Evilásio, Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605 - 631, out\dez. 2010.

SANTANA, Raimunda Nonata; SOUSA, Salviana. Gestão Pública e Racionalidade Administrativa: demarcações sobre a gestão ambiental urbana no Brasil. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 189-207, jul./dez. 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p. 39-78.

Bibliografia Complementar

VIANNA, Maria Lúcia Weneck. Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema. IN: BEHRING, Elaine; ALMEIDA, Maria Helena Tenório. Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez. 2008. p.141-152.

ABRUCIO, Luiz Fernando; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Fernando_Abrucio/publication/242213262_Federalismo_e_politicas_publicas_o_impacto_das_relacoes_intergovernamentais_no_Brasil>.

CASTELO. Rodrigo. A questão do Neodesenvolvimentismo e as Políticas Públicas. Entrevista especial concedida a Raquel Raichelis da PUC-SP. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 17, n. 2, jul./dez. 2013.

GUERRA, Yolanda e BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: Serviço Social: diretos Sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, v.1.2009

SOUSA, Salviana; PEREIRA, Maria Eunice. Trabalho e trabalhadores no contexto do Suas: notas sobre a questão da competência profissional do Assistente Social. In: TEIXEIRA, Solange Maria. Política de Assistência Social e temas correlatos. São Paulo: Papel Social, 2016.

- **Ética Profissional em Serviço Social - 60 horas**

Fundamentos éticos e morais da vida social nas suas implicações na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional: significado, valores e implicações no exercício profissional. O debate sobre as questões éticas e os códigos de ética. Dilemas ético-morais no exercício profissional. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social: significado e atribuições.

Bibliografia Básica

BARROCO M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROCO, M. L. S. TERRA, Silvia l. Código de Ética do/da Assistente Social Comentado. Conselho Federal de Serviço social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em:<https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=6142F12E375ABD7F!942&app=WordPdf&authkey=!AFz_nLdZlLaW7OI>.

Coletânea de Códigos de Ética Profissional do (a) Assistente Social. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/legislacao.php>.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Ed. E tradução Carlos Nelson Coutinho, Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurério Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: O Cotidiano e a História. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Trad. João DellÁnna. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia Complementar

BARROCO. M. L. S. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4).

_____. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. (org.) et al. Serviço Social e Ética. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 71-86.

BRASIL, M. G.M. A ética da profissão como estética da existência. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 65, p.166-171, mar. 2001.

INÁCIO, M.de O. A Discussão Ética das Ações Afirmativas: problematizando o princípio da igualdade. Temporalis, Brasília, DF, ano 3, n. 5, p.71-80, jan./jun. 2002.

LUKÁCS, George. Ontologia do Ser Social. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARQUES NETO, A. R. Sobre liberdade, igualdade e fraternidade. Revista de políticas Públicas, São Luís, v.1, n. 1, p. 7-23, jul./dez. 1995.

OLIVEIRA, M. A. de. Os direitos humanos na ótica da filosofia e da Teologia Latino-americana da Libertação. Temporalis, Brasília, DF, ano 3, n. 5, p. 41-54, jan./jun. 2002.

PAULO NETTO, J. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A. (Org.) et al. Serviço social e ética. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 21-30.

- **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I - 60 horas**

Os principais paradigmas históricos do pensamento e da ação humana que incidem historicamente sobre o Serviço Social: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico. A questão da ideologia. O debate contemporâneo sobre a crise paradigmática.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O que é ideologia. São Paulo: Braziliense. 1995.

COSTA, R. G.; MADEIRA, M. Z. de A. Trabalho, práxis e Serviço Social. Artigo. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a11.pdf>.

IAMAMOTO; CARVALHO. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA. Leila. Textos de serviço social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social. 15. ed. Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar

MARCONDES, D. Iniciação à história da Filosofia. 15. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTINELLI. Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (1993). Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 43, 1993.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994 (3 volumes).

_____ Os Manuscritos econômicos filosóficos e outros escritos. São Paulo: Abril, 1978.

_____; ENGELS. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PAULO NETTO, José. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

PAVÃO, Ana Maria Braz. O princípio da autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PONTES, R. N. (1989). A propósito da categoria de mediação. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 31, 1989.

SCHUTZ, Alfred. Sobre fenomenologia e relações sociais. Petrópolis: Vozes 2012.

SELL, Carlos Eduardo Sociologia Clássica: Durkheim,Weber, Marx. 3. ed. UNIVALI. 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

- **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II - 60 horas**

As influências do Positivismo e do Materialismo Dialético no processo de construção sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, destacando: determinantes do processo de institucionalização da profissão, a racionalização da assistência social, o movimento de reconceituação e projeto ético-político profissional. A questão do método em Marx e a dimensão pedagógica do Serviço Social.

Bibliografia Básica

ABREU, Marina M. Serviço social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982

IAMAMOTO, M. Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011;

MARTINELLI, M. Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ozanira da Silva (Coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. Jacinta da. A Contribuição dos intelectuais para a construção da hegemonia. Educação e Emancipação: Revista do Mestrado em Educação da UFMA, São Luis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1986.

CEFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/CRESS, 2009.

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e contradição. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Bibliografia Complementar

ABRAMIDES, Maria. B. C.; CABRAL, Maria do S. Reis. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS -1979. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 100, 2009.

BRAVO, M. Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 100, 2009.

PONTES, R. Nobre. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria da mediação e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

- **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III - 60 horas**

As transformações no mundo do trabalho no âmbito da crise estrutural e das estratégias do capitalismo. O neoliberalismo /neoconservadorismo, as

redefinições das esferas pública e privada. Os rebatimentos no trabalho profissional do Serviço Social. O controle social.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e serviço social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. In: IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social como trabalho e circunscrito em processos de trabalho. In: O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e os seus rebatimentos no 'Mundo do trabalho': Ameaças ao projeto ético-político profissional. In: Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília, DF, UNB, 2000.

ROUANET, S. P. Mal-estar na modernidade: ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: _____. O capital. Livro I, vol. I. Editora Bertrand Brasil S.A, 1994.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Conselho federal de Serviço Social. Brasília, 2002. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: Caderno ABESS, n. 7, nov, São Paulo, 1997. GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.

Bibliografia complementar

MESZÁROS, Istvàn. O século XXI. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

JAMESON. F. Pós-modernidade ou a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996. p. 27-79, 269-284.

SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, F. J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org.) Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1998.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 6. ed. São Paulo, Loyola, 1996.
LYOTARD, Jean – François. A condição pós-moderna. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

- **Metodologia do Trabalho Científico - 45 horas**

A Universidade e a produção do conhecimento. Métodos e sistematização de técnicas de estudo. A biblioteca e seus recursos de informação. Pesquisa científica. Processo de elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica

MARCONI, Marina da Andrade. Técnicas de pesquisas: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.
LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1996.
RUIZ, João Álvaro, Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1998.
MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. 3. ed. 2008.

- **Pesquisa em Serviço Social I - 60 horas**

A produção do conhecimento científico e a Pesquisa em Serviço Social: a influência dos paradigmas teórico-metodológicos e a incidência das polêmicas em torno destes paradigmas na pesquisa em Serviço Social. A pesquisa como instrumento básico no processo de formação profissional, de produção do conhecimento e de intervenção em Serviço Social. Questões Éticas nos diferentes momentos da Pesquisa Social.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão. Tese. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, Ma, 2013. Disponível em:<www.pgpp.ufma.br>.

CARDOSO, et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional –novos subsídios para o debate. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 15 – 57.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

CARVALHO, Denise Bomtempo; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs.) Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. O método da economia política. In: _____Contribuição á crítica da economia política; tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, v. 1, 2009. (Obra disponível na Internet)

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 29, n, 95, ed. especial, set, 2008.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, B. de L. F. de. A construção de uma alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 34, p. 135-147, 1990.

ABREU. M. M.; SIMIONATTO, I. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 113-140, 1998/1997.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 5, p. 84-95, 1992.

BATTINI A atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI O. (Orgs.). A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2009. p. 53-77.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Serviço Social e Questão Social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de

São Luís", no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, Ma, 2007. Disponível em:<www.pgpp.ufma.br>.

CARDOSO, Franci Gomes. Sobre o "método marxiano para o conhecimento do ser social". Revista de Políticas Públicas, São Luís, v 1, 1995.

CARVALHO, A. M. P. de. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 5, p.43-66, 1992.

- **Pesquisa em Serviço Social II - 60 horas**

Análise das formas de pesquisa em Serviço Social enfatizando as metodologias quantitativas e qualitativas: conteúdo, alcance e limites. Projeto de Pesquisa Exploratória. Trabalho de campo, análise de dados e apresentação de resultados.

Bibliografia Básica

BANDEIRA, João Tancredo de Sá. Análise documental: o uso do jornal na pesquisa qualitativa. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Maria Celecina da V. (Coords). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticos na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevista: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p.68-80, jan-jul/2005.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. O Poder simbólico. São Paulo: Difel, 1989.

_____. Compreender. In: _____. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRÊTAS, Ana Cristina P. Pesquisa qualitativa e o método da história oral: aspectos conceituais. Acta Paul Enf, v.13, n.3, p.81-91, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: NEVES, Clarissa E. B. e CORRÊA, Maíra B. (Orgs) Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Cadernos de sociologia, Porto Alegre, v. 9, p.11-48, 1998.

CHAGAS, Anivaldo T. R. O questionário na pesquisa científica. Administração on line, v.1, n.1, 2000.

Bibliografia Complementar

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Disponível in:<www.scielo.br/pdf>.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionário na pesquisa quantitativa. Disponível em:<www.divinoitu.com.br>.

PRATES, Jane C.; Flávio C. Problematizando o uso da técnica da análise documental no serviço social e no direito. Disponível em:<www.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/arq>.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista brasileira de história e ciências sociais, ano I, n. 1, jul. 2009.

SANTOS, Marcos E. dos. Da observação participante a pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração. Disponível em:<www.angelfire.com.br/pdf>.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.) Avaliação de políticas e programas sociais. Teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

- **Planejamento Social - 60 horas**

Origem, natureza e concepções do planejamento social. O planejamento social no Brasil: evolução histórica e tendências teórico-metodológicas. O planejamento social nas instituições sociais. Programas e projetos em Serviço Social no âmbito das organizações públicas, privadas e não governamentais: instrumentos e técnicas de elaboração de programas e projetos.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidades e instrumentação. 3. ed. São Paulo: Veras, 2015

ALMEIDA. Jusileni Teixeira de. A avaliação no processo de planejamento participativo. Disponível em:<http://www.infoeducativa.com.br/index.asp?page=artigo&id=139>.

FERREIRA. Francisco Whitaker. Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo com permanente mudança. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

GANZELI, Pedro. O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Disponível em:<http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>.

ADUM, José Jamil e Coelho, Gelda Lhamas. O planejamento estratégico situacional - pes, na gestão pública: o Caso da Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora. Disponível em:<http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_90001.pdf>.

Bibliografia Complementar

BIERRENBACH, M. I. S. Política e planejamento social. Brasil: 1956-1978. São Paulo: Cortez, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins. Planejamento e Estado nas sociedades capitalistas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Encontros com a Civilização Brasileira, n. 9).

COHN, A. Planejamento social no contexto da crise. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 5, n. 4, 1991.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 1987.

PESSOA, E. Planificação: a opção pelas classes populares. Campinas, SP: Papirus, 1988.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICAMEPF. Brasília, DF, 1999.

AGUILAR, M. José e ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociaiS. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR, Maria José. Técnicas de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no brasil. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- **Serviço Social e Processos de Trabalho - 60 horas**

Processos de trabalho e Serviço Social. As dimensões constitutivas dos processos de trabalho do Serviço Social – teórico-metodológico, ético-político e técnico – operativa – na formulação e implementação de projetos de intervenção profissional. As demandas sociais, a construção de estratégias, os mecanismos operativos e os desafios profissionais. O reordenamento do trabalho profissional na atualidade.

Bibliografia Básica

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da reforma e aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em:<http: www.planalto.gov.br/publi_04/coleções/plandi.htm>.

GUERRA. Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.

_____; BOSCHETTI. Ivanete. Condições de trabalho e Projeto ético-político Profissional. In O Trabalho do/a Assistentes Social no SUAS: seminário nacional/Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para as questões dos instrumentos técnico-operativos em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 44, 1994.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia Política, uma Introdução Crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Discussão em grupo. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. Revista Virtual e Contextos, n. 2, 2003.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: _____. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília, DF: CFESS, 2002. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 93, p. 5-28, 2008.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social. In: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, SP: CFESS, ABEPSS, CEAD. Módulo 2.

HOBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre historia operaria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos; a Ideologia Alemã e o Capital.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. A nova fabrica de consensos; ensaios sobre a reestruturacao empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

- **Educação Popular e Serviço Social - 60 horas**

Fundamentos para compreensão da educação popular. Processo de construção histórica da educação popular no Brasil, destacando: diferentes concepções, experiências significativas e refundamentação da educação popular no novo contexto. A Educação Popular como alternativa metodológica e político-pedagógica para o Serviço Social.

Bibliografia Básica

CAMINI, Isabela. Escola Itinerante na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2010.

FREITAS, Bárbara. Política educacional e indústria cultural: polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HURTADO, Carlos Nuñez. Comunicação e educação popular: educar para Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez.

BETTO, Frei. Desafios da educação popular. São Paulo: CEPIS, 20000.

MESZÁROS, Istvan. A educação para além do capital.

ORSO. José Paulino. A educação na sociedade de classe: possibilidade e limite. In. ORSO, José Paulino; MATOS, Valcir Maria. A educação e a luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Bibliografia Complementar

MELO NETO, José Francisco de; SCOCUGLIA, Afonso Celso (Orgs). Educação Popular: outros caminhos. João Pessoa: Ed. UFPB, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete noções sobre educação de adultos. Editora Cortez. São Paulo. 1994.

RAPOSO, Maria da Conceição. Movimento de Educação de Base – BEM: 1961 – 1967. Secretaria Estadual de Educação. Coleção Ciências Sociais. Série Educação I. São Luis. 1985.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação Popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
SCOCUGLIA, Afonso Celso. A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise dos paradigmas. João Pessoa: Ed. UFPB, 1999.

- **Estágio em Serviço Social I - 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Desenvolvimento de habilidades com relação ao eixo temático de intervenção, caracterização do campo de estágio, população usuária, demandas, formulação de plano de intervenção, elaboração de registros técnicos e realização de processos de trabalho junto à população usuária.

- **Estágio em Serviço Social II – 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Participação em processos de construção teórico-metodológica e de implementação de estratégias de intervenção profissional, reconstrução de objetos de intervenção, sistematização da prática, avaliação de serviços e de projetos.

- **Trabalho de Conclusão de Curso I /TCC I - 45 horas**

Diretrizes e indicações teórico-metodológicas para elaboração de projeto de monografia.

- **Trabalho de Conclusão de Curso II/TCC II - 45 horas**

Diretrizes e indicações teórico-metodológicas para elaboração de monografia. Estruturação e desenvolvimento da monografia.

- **Disciplinas Optativas:**
  - **Política de Assistência Social e o trabalho do Assistente Social - 60 horas**

Assistência Social como construção sócio-histórica: concepções, funções e mecanismos operativos. Assistência social como mediação da inserção orgânica da profissão nas relações sociais. Política de Assistência Social na atual conjuntura e o trabalho do assistente social**.**

Bibliografia Básica

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília, DF: GESST / SER / UnB, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MESTRINER, M. Luiza. O estado entre a filantropia e a Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, Aldaiza. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1989.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Politica social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília, DF: GESS/SER/UnB, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB / SUAS. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. SNAS/MDS. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. SNAS/MDS. Brasília, DF, 2011.

- **Envelhecimentos, Políticas Públicas e Serviço Social - 60 horas**

Envelhecimento como expressão da questão social. Mitos e preconceitos em relação à velhice. A longevidade e seu impacto na sociedade, na família e no

Estado. Lutas sociais e protagonismo da pessoa idosa. Legislação e Política Nacional do Idoso. Envelhecimento e o trabalho do (a) assistente social.

Bibliografia Básica

SERRA, Jacira. Violência simbólica contra os idosos: forma sigilosa e sutil de constrangimento. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 14, n. 1, p. 95-102, jan./jun. 2010.

JUSSANA DE SOUSA, Danúbia et al. Maus-tratos contra idosos: atualização dos estudos brasileiros. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, ago. 2010.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e Envelhecimento. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1994.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, F. S. de Idosos em instituições asilares e suas representações sobre família. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2000.

BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SALGADO, Marcelo Antônio. O segmento idoso e as políticas: o papel das instituições. Revista Kairós: Gerontologia/Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, São Paulo, v. 4, n.1, 2001.

- **Serviço Social e a Organização da Cultura - 60 horas**

O debate conceitual sobre cultura. Os processos de organização da cultura – sociabilidade – destacando a função pedagógica do assistente social. Tendências pedagógicas atuais do exercício profissional e os principais desafios para o projeto profissional em sua vinculação às lutas democráticas e emancipatórias da sociedade.

Bibliografia Básica

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões políticas na sociedade brasileira. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, 2004.

BARROCO. Maria Lucia Silva. A inscrição de ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, 2004.

LOPES, Josefa Batista. A relação Serviço Social - Movimento Social: indicações para um estudo. Serviço Social e Movimento Social, São Luís, n. 1, 1999.

Bibliografia Complementar

PAULO NETTO, José. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

_____. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD,1999. (Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 1).

- **Política de Educação e Serviço Social - 60 horas**

O debate teórico-conceitual da educação. Análise da política educacional brasileira, considerando suas peculiaridades no Maranhão. O exercício profissional no campo da educação, destacando modalidades e tendências do processo educativo e o significado histórico da atuação profissional.

Bibliografia Básica

FREITAG, Bárbara. Política Educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez; Editora autores associados, 1987. p. 15 a 50. 26. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

ONÇAY, Solange. Escola das classes populares: contribuindo para a construção de políticas públicas. Rio Grande do Sul: CEPO-Editora UNIJAL. p. 27 - 51.

AMARO. Sarita. Serviço Social na Educação – Bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora UFSC.

SILVA, Marcela Mary José. (Org) Serviço Social na Educação: teoria e prática; Campinas/SP: Papel Social. p. 23-39.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita, n. 6, CFESS, 2000. p.19-24.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Jose Clovis de. Reconversão Cultural da Escola: mercoescola e escola cidadã. Editora Universitária Metodista. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BRITO, S. A. O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas. Universidade e Sociedade, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 83-96, fev. 1991.

FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia. Gestão da Educação, Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez.

FREITAS, Luiz Carlos. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- **Saúde Mental e Serviço Social - 60 horas**

Saúde Mental. Reforma psiquiátrica: reestruturação da Política de Saúde Mental no Brasil. Organização da atenção em saúde mental na esfera estadual e municipal e o exercício profissional do assistente social.

Bibliografia Básica

AMARANTE, Paulo. Retrocessos à vista no campo da saúde mental no Brasil. Revista Eletrônica Ecodebate: Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em:<https://www.ecodebate.com.br/2016/02/11/retrocessos-a-vista-no-campo-da-saude-mental-no-brasil/>.

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. A constituição de novas práticas no campo da atençäopsicossial: análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil. Saúde em Debate, v. 25, n. 58, p. 26-34, 2001.

FOUCAULT, Michel. A loucura e a sociedade. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 259-67.

FOUCAULT, Michel. A constituição histórica da doença mental.Doença mental e Psicologia, p. 49-60, 1975.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. Política de saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez: 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil: documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. SAS, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989. p. 1-10.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. O nascimento da clínica. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.p. VII-XVIII. Disponível em:<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-o-nascimento-da-clc3adnica.pdf>.

- **Política de Saúde e Serviço Social - 60 horas**

Expressões da questão social no campo da saúde. A saúde e o Estado Brasileiro: o quadro nosológico, os projetos políticos, legislações, participação popular e o controle social na saúde pública. Gestão na política de saúde: a relação público x privado. O serviço social e o exercício profissional na área da Saúde.

Bibliografia Básica

BRAVO, Maria Inês. Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sóciohistóricos; São Paulo: Cortez, 2013. p.125 - 168

_____. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 118-180.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em WWW.cfess.org.br

SOUZA, Salviana Maria Pastor Santos. Reforma Sanitária no Maranhão: mudança e conservação no processo de organização e gerenciamento dos serviços de saúde. São Luís: UFMA (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas).

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 62, 2000.

Bibliografia Complementar

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Política de saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 87, p. 58-75, 2006.

Brasil. Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080 de 19 de setembro de 1990). Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil. Lei Orgânica da Saúde (nº 8.142 de 28 d8e dezembro de 1990). Brasília, DF: Senado Federal.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Desafios Atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

- **Serviço Social no campo Sociojurídico - 60 horas**

O campo sócio-jurídico como espaço ocupacional do Serviço Social: órgãos de atuação: competências e atribuições, considerando os direitos fundamentais. Instrumentos legais para atuação do Assistente Social.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atuação de assistentes sociais no sociojuridico: subsídios para reflexão. Assessoria de Elizabete Borgianni - GT Serviço Social no Sociojurídico. Brasília, DF, 2014. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

FORTI, Valéria. Condições de trabalho e demandas profissionais no campo Sociojurídico. In: CFESS/CRESS. II Seminário nacional: o serviço social no campo Sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

FÁVERO, Eunice; RODRIGUES, Sâmia. Serviço Social no campo Sociojurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional. In. CFESS/CRESS. II Seminário nacional: o serviço social no campo Sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos. Gestão Tempo de Luta e Resistência. – Brasília, DF: CFESS, 2012; Disponível em:<www.cfess.org.br>.

CFESS, O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In. Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em:<www.cfess.org.br>.

Bibliografia Complementar

COUTO. Berenice Rojas, Direitos Sociais: sua construção na sociedade contemporânea – Cap. I, In. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez. p. 33 -73.

FÁVERO. Eunice Teresinha, Serviço Social, Práticas Judiciárias Poder: implantação e implementação do Serviço Social no Juizado da Infância e da Juventude de São Paulo, 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2005. (Série Núcleo de Pesquisa, 3).

FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social, direitos e prática profissional, In. Serviço Social e Sociedade, n. 99, p. 434-457, jul./set. 2009.

PEREIRA. Potyara Amazoneida, Cidadania e (in) justiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais, In. FREIRE, Lúcia M. B; FREIRE. Silene Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI, São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

- **Serviço Social no campo empresarial - 60 horas**

O processo sócio-histórico do Serviço Social no campo empresarial: a relação capital trabalho e as novas estratégias de organização do trabalho e da produção. O trabalho do assistente social e o projeto ético-político da profissão.

Bibliografia Básica

MOTA, Ana E. (Org.) A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho a as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez,1998.

MOTA, Ana Elisabete. O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, Ano XVII, 1996.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Ângela Santana.Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas. (Tese) - Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

- **Política de Previdência Social e Serviço Social - 60 horas**

A previdência social no contexto da proteção social: elementos conceituais e históricos. O sistema previdenciário brasileiro no âmbito da Seguridade Social. O exercício profissional do (a) assistente social na previdência social brasileira.

Bibliografia Básica

FLEURY, Sônia. Estado sem cidadãos: seguridade na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. In: MORHY, Lauro (Org). Reforma da Previdência em questão. Brasília, DF: Ed. UnB, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia complementar

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Sousa; PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

NASCIMENTO, Serviço social previdenciário: principais características das atribuições Profissionais de Assistentes Sociais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. Disponível em:<www. joinpp.ufma.br>.

BRAGA, L.; CABRAL, M. S. R. (Orgs.) O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

- **LIBRAS - 60 horas**

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): fundamentos históricos, filosóficos, teóricos e culturais. A legislação e a educação de surdos no Brasil. Comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e da Cultura Surda. A Prática de Libras: desenvolvimento da expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. Libras?:que língua é essa? São Paulo: Editora Parábola, 2009.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras I. Rio de Janeiro: LSB Video, 2006. (DVD)

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira. Porto Alegre: Editora ArtMed, 2004.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.
Dicionário virtual de apoio. Disponível em:<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>.
Dicionário virtual de apoio: Disponível em:<http://www.dicionariolibras.com.br/>.
Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – http://portal.mec.gov.br/seesp 5. PIMENTA, N. Números na língua de sinais brasileira. Rio de Janeiro: LSB Video, 2009. (DVD).

- **Oficinas**
  - **Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I - 30 horas**

Comunicação, linguagem e o trabalho profissional do (da) Assistente Social. As distintas formas de linguagem humana: verbais, não-verbais, escritas, corporais, artísticas e teatrais como recursos político-pedagógicos para compreensão e análise das relações socais. A linguagem e suas variadas expressões como instrumentos político-pedagógicos na intervenção do (a) assistente social.

Bibliografia Básica

ABREU, Antonio Suárez Abreu. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê, 2009.
BOAL, A. 200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Bibliografia Complementar

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. 13. ed. São Paulo: Ática, 1994.
POLITO, R. Vença o medo de falar em público. São Paulo: Saraiva, 2009.
PRETI, Dino. Sociolinguística: os níveis de linguagem. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

  - **Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social II - 30 horas**

Procedimentos utilizados na intervenção em Serviço Social: planejamento, execução e avaliação das ações e atividades. Técnicas e Instrumentos utilizados para o planejamento das ações; Técnicas e instrumentos

utilizados para execução das ações; Técnicas e instrumentos utilizados para registro, sistematização e avaliação das ações realizadas na prática interventiva.

Bibliografia Básica

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para as questões dos instrumentos técnico-operativos em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 44, 1994.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. Virtual e Contextos, n. 2, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da reforma e aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em:<http: www.planalto.gov.br/publi_04/coleções/plandi.htm>

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.

Bibliografia Complementar

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. Serviço Social e Sociedade, v. 93, p. 5-28, 2008.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social. In: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, CEAD. Módulo 2.

7.5.5 Estágio Curricular - 720 horas

O Estágio curricular é uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, visando a sua capacitação para o exercício profissional. Constitui parte fundamental do processo de formação acadêmica como um momento privilegiado de síntese e aprofundamento dessa formação, mediante participação direta dos alunos em processos de construção e implementação da prática profissional.

O Estágio curricular, uma modalidade de formação em situações reais do exercício profissional, é orientado por conhecimentos teóricos-metodológicos e políticos-ideológicos articulados a partir de valores éticos inerentes à direção social da proposta curricular.

Trata-se de um processo de ensino-aprendizagem, representando um momento privilegiado de vivência e reflexão sobre a realidade e intervenção sobre a mesma, ou seja, envolve uma apropriação de elementos de crítica e descoberta de formas interventivas sobre questões presentes na dinâmica da sociedade (GUILHON et al., 1991), e viabiliza condições para o desenvolvimento de habilidades e atitudes profissionais, inerentes aos processos de planejamento, execução, avaliação e registro da prática vivenciada.

Deste modo, entende-se que o ensino do trabalho profissional, através do estágio tem sua essencialidade na relação teoria-prática, cuja unidade é buscada no processo de construção e implementação das experiências nos diferentes campos de atuação profissional.

A definição dos campos de estágio tem como parâmetros os eixos temáticos constitutivos do currículo, como forma de garantir a construção orgânica dessa atividade no conjunto da proposta curricular e privilegia em sua operacionalização a inserção dos alunos em processos interventivos sobre diversas expressões da questão social, nos espaços urbano e rural, em instituições públicas, privadas (com e sem fins lucrativos) e organizações não governamentais.

A estrutura do estágio envolve uma coordenação composta por um coordenador eleito pelo Colegiado do CSS/UFMA, dentre os docentes do DESES.

A operacionalização do Estágio obedece às diretrizes curriculares do CSS, a Lei n º 11.788, de 25 de setembro de 2008, de estágio do MEC, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, as Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Resolução nº 1191/2014 - CONSEPE,

Visando garantir as condições intelectuais necessárias ao desenvolvimento do estágio como atividade laborativa e formativa, este é realizado nos dois últimos períodos do curso, com um total de 720 horas. A carga horária de estágio é distribuída em dois períodos, ou seja, 360 horas no 7º período e 360 horas no 8º período.

7.5.6 Trabalho de Conclusão de Curso - 90 horas

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a forma de monografia, constitui um requisito curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Representa um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional, supondo o desenvolvimento de processos de investigação e sistematização de resultados, de acordo com os padrões e exigências metodológicas da produção acadêmico-científica.

Esta concepção não visa vincular o trabalho monográfico à experiência temática do estágio, porém, avalia que a experiência de estágio também pode se constituir como um importante objeto de estudo monográfico.

O tema da monografia deve vincular-se aos eixos temáticos constitutivos do currículo, preferencialmente, às linhas de pesquisa dos Grupos de Pesquisa do DESES, visando a garantia da construção orgânica dessa atividade no conjunto da proposta curricular. Tais eixos representando a mediação central de articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, asseguram, particularmente, em relação ao desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, o nexo entre esta atividade e as disciplinas e projetos de pesquisa e o estágio.

O processo de elaboração do TCC exige orientação docente sistemática e continuada, durante dois períodos, com 90 horas, distribuídos em duas disciplinas com 45 horas, TCC I - 7º período e TCC II - 8º período. O produto final deve ser submetido à avaliação de uma banca examinadora composta pelo professor orientador e dois professores com estudos na área de conhecimento em que se insere o tema abordado.

A operacionalização do TCC obedece às normas específicas do CSS, de acordo com o que preceitua as normas regulamentares do sistema de registro e controle acadêmico dos cursos de Graduação dessa Universidade - Resolução n° 1775/2014 - CONSEPE e as diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC para esta área.

7.5.7 Atividades Acadêmicas Complementares - 315 horas

Constituem atividades acadêmicas complementares (AAC) um conjunto de ações desenvolvidas nos parâmetros didático-pedagógicos estabelecidos pelo CSS/UFMA, que agregue à formação profissional do aluno, conteúdos teóricos e

vivências em processos interventivos e investigativos durante o período da graduação. Estas atividades representam espaços para o enriquecimento da formação profissional, na medida em que se inscrevem na criação/potencialização de condições para o avanço e ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade e o desenvolvimento de habilidades profissionais.

Como AAC, destacam-se: monitoria, iniciação científica, publicação científica, apresentação de trabalho em eventos técnico-científicos, inserção em projetos de extensão e de pesquisa, assessoria a movimentos sociais, representação discente em centros acadêmicos e órgãos colegiados, cursos ministrados e participação em atividades culturais, principalmente, as apresentações de monografia como um importante espaço de aprendizagem e produção do conhecimento.

O reconhecimento e a incorporação de atividades acadêmicas complementares como créditos na formação do aluno obedecerão a normas específicas estabelecidas pelo Colegiado de Curso (ANEXO F e G) e totalizarão 315 horas.

7.5.8 Políticas de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Encontramos os fundamentos para a definição de uma Política de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação no DESES e no CSS da UFMA no intenso processo desenvolvido por esta profissão, tendo como marcos expressivos os Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social. Estes foram implantados no início da década de 70 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), seguido dos esforços da então ABESS, hoje ABEPSS, pela Revisão do Currículo Mínimo do Curso, concluído no âmbito da entidade em 1979, quando foi incluída a disciplina de Pesquisa em Serviço Social no referido currículo, conforme Resolução 23/09/82. Aprofundava-se a perspectiva de superação do pragmatismo histórico da profissão e de sua inserção crítica, comprometida com os processos de transformação na sociedade.

Nesse movimento, a partir de 1981, esta entidade coloca a necessidade de desenvolver uma política de pesquisa em termos globais que incluía a conquista de espaços nos órgãos nacionais de fomento à pesquisa. Com a participação

decisiva dos professores Vicente Faleiros e Safira Amam da Universidade de Universidade de Brasília (UnB), a entidade participou do processo que criou no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a Área de Serviço Social, com autonomia, na Área das Ciências Sociais Aplicadas. Ao mesmo tempo foi iniciada a política de realização de Encontros Anuais de Pesquisa em Serviço Social sendo que o primeiro desses encontros foi realizado em São Luís, Maranhão, em 1982, quando a executiva da entidade era exercida por professores do DESES da UFMA.

Esse processo, em articulação com os avanços da pós-graduação em Serviço Social conduziu à criação do CEDEPSS como órgão acadêmico da ABESS a exemplo da Asociación Latino-americana de Trabajo Social (ALAETS) e do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). A experiência e os avanços do Serviço Social no Brasil conduziu à síntese ABESS e CDEPSS na atual ABEPSS.

No DESES/UFMA, em que pese a existência da disciplina de pesquisa desde o início do Curso de Serviço Social no Maranhão, em 1953, ainda que suprimida em alguns momentos, é no âmbito deste movimento, na década de 80, que se inicia uma significativa dinâmica em relação à pesquisa, seja em nível de ensino, seja com a realização de projetos importantes, alguns dos quais associados a extensão, ao utilizar a metodologia da pesquisa-ação atuando sobre situações sociais concretas, em articulação direta com os grupos sociais envolvidos. Formou-se, então, neste período um significativo movimento que procurava articular Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, tendo-se presente o predomínio da extensão na história da formação profissional em Serviço Social, dada a experiência acumulada, até mesmo pelas exigências e a natureza dos estágios curriculares.

Trata-se de um momento e de um processo bastante intenso no qual se destaca a organização de grupos de pesquisa e a criação do *Curso de Especialização em Serviço Social*, em caráter permanente. Esse processo, no entanto, sofreu duros golpes da administração autoritária do Reitor Cabral Marques, exatamente quando entrava em um momento de consolidação, em 1983: professores foram penalizados e projetos de pesquisa e curso de especialização foram suspensos. A partir daí foram criadas algumas fissuras no trabalho coletivo de pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação no Departamento de Serviço Social, retomado no início da década de 90, com bastante vigor, particularmente, em relação à Pesquisa e a Pós-graduação.

7.5.9 Política de Pesquisa

Verifica-se, no momento, um avanço no processo de pesquisa no Departamento, de tal modo que a experiência acumulada no ensino, bem como na pesquisa, exige e permite um salto de qualidade no âmbito deste novo momento de Revisão Curricular do CSS. Atualmente, todos os professores do departamento encontram-se engajados em grupos de pesquisa os quais agrupam as linhas de pesquisa que existem em desenvolvimento ou como possibilidade de virem a ser desenvolvida. Portanto, o esforço já existente no DESES em relação à organização de grupos, em torno de linhas de pesquisa, é um indicador essencial para um avanço na superação de dificuldades ainda existentes e na consolidação de uma política de pesquisa com articulação sistemática ao processo de revisão curricular, destacadamente na implementação do novo currículo.

Os desafios são enormes, particularmente no tocante ao processo de formação profissional dos assistentes sociais no referente à pesquisa, uma vez que, embora se conte com uma significativa carga horária dedicada à pesquisa, parte dos alunos no final do curso vêm demonstrando dificuldades de objetivação. Um exemplo se expressa nas dificuldades na elaboração da monografia de conclusão do curso, o que tem se constituído um dos fatores importantes de retenção de alunos. Mas estes desafios se revelam também em relação à produção e divulgação do conhecimento, bem como da organização da memória do processo de pesquisa do DESES.

Assim, destacam-se como principais objetivos da política de pesquisa do CSS/UFMA:

- Estimular e orientar as alunas e alunos a desenvolverem uma postura crítico-investigativa desde os primeiros períodos do curso, de modo que: a) – a pesquisa seja transversal ao currículo do Curso, constituindo-se, parte integrante e, de fato, relevante do processo de formação profissional, particularmente a acadêmica; b) a monografia de conclusão de curso represente o produto de um esforço de investigação e de pensar criticamente questões concretas na totalidade da sociedade brasileira, considerando as particularidades do Maranhão, da região amazônica, da América Latina e do mundo; c) ao concluírem o curso e entrarem para o mercado de trabalho,

tenham a pesquisa e a investigação como aspectos constitutivos do trabalho profissional.

- Oferecer mecanismos de articulação e debate entre os pesquisadores do DESES.
- Contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e consequente produção de conhecimento em Serviço Social e áreas afins, bem como a socialização desses conhecimentos.

A Política de Pesquisa do CSS/UFMA se desenvolve em torno de três mecanismos:

I. Formação acadêmica no referente à pesquisa e, destacadamente, à pesquisa em Serviço Social mediante:

- Ensino específico em três disciplinas: Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social I, (60 horas); Pesquisa em Serviço Social II, (60 horas);
- Articulação com as disciplinas do núcleo de fundamentos de Serviço Social que devem destinar um percentual mínimo da carga horária da disciplina para a apresentação e discussão de projetos de pesquisa, de intervenção e produção de conhecimentos, buscando assim possibilitar a transversalidade da matéria pesquisa na matriz curricular do Curso, como determina as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS;
- Trabalho monográfico, cujos objetos de estudos serão referenciados nos eixos temáticos do currículo do CSS/UFMA;
- Participação de alunas e alunos em grupos de pesquisa.

II. Grupos e linhas de pesquisa:

Existem atualmente em funcionamento no DESES, cinco grupos de pesquisa, todos cadastrados no CNPq, assim denominados: GAEPP; Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social (GSERMS); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDÈS); Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnicos, Raciais, Mulheres e Feminismos (GERAMUS); e o Grupo de pesquisas e Estudos sobre tempo, trabalho, Identidade e Serviço Social (GPETISS).

Os referidos grupos têm definidas as seguintes linhas de pesquisa:

- GAEPP: a) avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda: b) avaliação de Políticas e Programas Sociais;
- GSERMS: a) fundamentos teóricos e metodológicos; b) função histórica e tendências atuais do Serviço Social em suas relações com os movimentos sociais nos processos de enfrentamento da questão social; c) lutas sociais no Maranhão - campo e cidade; d) Relação Estado e sociedade civil; e) trabalho e sindicalismo.
- GDÉS: a) Estado, Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas; b) Movimentos Sociais, Práticas Coletivas e Controle Social; c) Direitos Humanos, Seguridade Social e Família; d) Violência, Gênero e geração, Criança e Adolescente; e) Formação Profissional e Processos de trabalho em Serviço Social; f) Avaliação de Programas e Políticas Públicas;
- GERAMUS: a) Mundo do trabalho, Relações de Gênero, Étnico-Raciais e Geracional; b) Desenvolvimento, Relações de Gênero, Étnico- Raciais, Geracional; c) Estudos Culturais, Relações de Gênero, Étnico- Raciais, Geracional; d) Políticas Públicas, Serviço Social, Relações de Gênero, Étnico- Raciais, Geracional; e) Violência de Gênero, Étnico- Raciais e Geracional; Movimento de Mulheres e Feministas.
- GPETISS: a) Identidade, Processos de Trabalho e Serviço Social; b) Modos de Vida e Processos de Trabalhos.

III. Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social (CDILUSS)

Com o objetivo geral de criar um espaço público e coletivo de guarda, produção e socialização de informações e documentos sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Brasil e na América Latina, mas, de modo particular, no Maranhão, o CDILUSS tem os seguintes objetivos específicos:

- Identificar documentos importantes para a constituição de um acervo documental sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão;
- Reunir, organizar, preservar, atualizar e divulgar informações e documentos relativos à constituição das Lutas Sociais e do Serviço Social no Maranhão;
- Realizar intercâmbio com outros centros ou instituições similares em âmbitos local, nacional, internacional;

- Apoiar a realização de pesquisas históricas sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão;
- Contribuir no resgate da memória e na valorização da historia local sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão;
- Manter um banco de dados e cadastros de referência sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Maranhão;
- Contribuir no fortalecimento da intervenção substantiva das organizações populares e do Serviço Social nas Lutas Sociais no Maranhão.

7.5.10 Política de Extensão

A Extensão Universitária é parte constitutiva da formação profissional do (a) assistente social. De acordo com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, artigos 20 e 40, a extensão adquire status de atividade cientifica, tornando-se parte indissolúvel do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Rezam os mencionados artigos: “Art. 20º. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”;

> Art. 40º. As instituições de ensino superior:
> a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
> b) Assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
> c) Estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
> c) Estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. (BRASIL, 1968).

A Extensão Universitária é hoje regida pela Política Nacional de Extensão Universitária que concebe

> [...] a extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012, p. 16).

Pelo exposto apreende-se que a extensão constitui-se uma prática voltada ao aprendizado de alunos (as) ao mesmo tempo em que realiza a interação

com a sociedade cumprindo assim, parte da sua função social, qual seja, colocar os seus conhecimentos à serviço da sociedade. Vale destacar que nos anos de 1950, no bojo das transformações pelas quais passava o país, que o debate sobre extensão universitária reforçou essa perspectiva, considerando-se nesse contexto, a indagação sobre o papel da Universidade junto à sociedade, frente às situações vivenciadas por vários segmentos sociais caracterizando quadros de empobrecimento e marginalidade. Dessa forma, grupos docentes e discentes, passam a demandar das universidades públicas, outra concepção e formato de extensão fundamentada na relação Ensino-Pesquisa e Extensão.

Da década de 1950 à década de 1980, ocorreram debates em torno de um novo modo de fazer extensão universitária. Esse foi um período marcado por experiência que contribuíram para redesenhar a concepção de extensão em fóruns nacionais e locais. Vale ressaltar que a complexidade da sociedade brasileira colocava para a Universidade pública, a exigência de comprometer-se com as *questões da sociedade*. Os diversos debates que surgiram deram origem a diferentes concepções de pesquisa; porém, mantinha hegemonia, a ideia de Extensão como transmissão de Conhecimentos. Contudo, essa perspectiva foi questionada durante toda a década de 1980, resultando em um redimensionamento da concepção de extensão que consistia em simplesmente *transmitir conhecimentos*, evocando-se, pois, a ideia de compartilhar conhecimentos, socializar e enriquecê-los na perspectiva da relação entre a academia e a sociedade.

No caso especifico dos cursos de Serviço Social, nesse período, assiste-se ao alinhamento do projeto de formação profissional fundamentado no referencial positivista-funcionalista, cujo objetivo era a manutenção da ordem e do progresso com vistas ao desenvolvimento em curso (BRANDÃO, 2007). Porém, surgem no interior da profissão, bem como nas universidades brasileiras, docentes e discentes propugnando uma postura critica e de ruptura com essa perspectiva teórica, orientados, sobretudo pelas referencias teórico-metodológicas de inspiração marxista.

Mas foi somente na década de 1970, nas disputas entre as concepções teórico-metodológicas que orientam a formação e intervenção do(a) assistente social que a extensão assume centralidade na formação. Na UFMA, destaca-se como referência dessa perspectiva, *O trabalho junto a pescadores artesanais no interior da*

Ilha de São Luís (BRANDÃO, 2007) que tem como fundamento teórico-metodológico, a educação popular orientada pelo método de Boris Alex Lima inspirado em Paulo Freire.

Apoiada em Faria, Brandão (2007) analisa que a experiência citada rompe com a concepção e prática de extensão como mera transmissão de conteúdos em sala de aula; ao contrário, buscou integrar níveis diferentes de ensino. O projeto junto aos pescadores artesanais foi ampliado para outras áreas no interior da Ilha de São Luís (Quebra Pote, Alto da Boa Esperança, Mocajituba etc.) antes de ser interrompido pela administração superior da UFMA em 1983, fazendo juz ao posicionamento de tal administração na defesa dos interesses da ordem burguesa.

Outros exemplos importantes são: o Projeto voltado para as Comunidades Residentes em Palafitas e o Projeto da Vila Embratel, onde a preocupação se voltava para a mobilização e articulação de demandas em torno da moradia, remanejamento da área do bairro Sá Viana, documentação dos terrenos, saúde e educação. Nesse projeto participavam advogados, assistentes sociais, professoras e alunas do CSS.

A transformação que adentra as universidades na década de 1980 reafirma a Universidade como espaço plural e contraditório. Para o CSS/UFMA, a exemplo das demais Unidades de Ensino de Serviço Social no Brasil, o contexto socioeconômico brasileiro demarcado pelo Neoliberalismo e pela globalização acirrou as desigualdades, ao mesmo tempo em que colocava como exigência para a formação profissional do(a) assistente social, os princípios que reafirmavam a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

> [...] é no âmbito deste movimento, na década de 80, que se inicia uma significativa dinâmica em relação à pesquisa, seja em nível de ensino, seja com a realização de projetos importantes, alguns dos quais associados a extensão, ao utilizar a metodologia da pesquisa-ação atuando sobre situações sociais concretas, em articulação direta com os grupos sociais envolvidos. Formou-se, então, neste período um significativo movimento que procurava articular Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, tendo-se presente o predomínio da extensão na história da formação profissional em Serviço Social, dada a experiência acumulada, até mesmo pelas exigências e a natureza dos estágios curriculares. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2005).

O processo de mobilizações e debates ocorridos nas Universidades brasileiras em torno da Extensão Universitária nas décadas de 1980 e 1990 resultou na criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987. O referido Fórum teve como uma das suas

principais atividades desde então, a elaboração da Política Nacional de Extensão. Em 2009, foi apresentada a versão preliminar do plano no *XXVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão*, na cidade do Rio de Janeiro e em 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária foi aprovada, reafirmando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, como atividades indissociáveis conforme alguns dos objetivos exposto a seguir que compõem a política:

Constituem objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multidisciplinares ou transdisciplinares e interprofissinais de setores da Universidade e da sociedade;
- Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;
- Defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo o território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
- Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais, por exemplo: habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda, relacionadas com as áreas de (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho);
- Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012, p. 6-7).

Percebe-se pelo exposto que os objetivos presentes no Plano confrontam o ideário neoliberal cuja perspectiva é de produtivismo acadêmico relegando a pesquisa e a extensão a um papel periférico ou mesmo dispensável no interior das Universidades e no contexto da formação acadêmica universitária. No entanto, as condições objetivas para concretizar tais objetivos no interior das Universidades públicas, tem se apresentado na contramão do que se propõem a Política Nacional de Extensão Universitária.

Na UFMA, a extensão é institucionalizada através da Resolução nº 01/92 -CONSEPE, e é implementada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) que tem a função de articular, desenvolver, coordenar e apoiar as atividades de extensão, junto à sociedade e à comunidade universitária.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMA (2012-2016) afirma que a PROEX,

> [...] estabelece o vinculo com o Ensino e a pesquisa, interagindo com diversos segmentos sociais, como: órgãos governamentais, entidades filantrópicas, setor privado, comunidades carentes, movimentos sociais e público consumidor de conhecimentos, artes e serviços, com o fito de contribuir na busca de respostas inovadoras aos desafios locais, regionais e nacionais. Suas ações estão alicerçadas no conceito de Extensão Universitária, estabelecido no Plano Nacional de Extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2012, p. 37).

A relação de atividades que compõem o quadro de extensão da UFMA no PDI vigente, comporta atividades de curto, médio e longo prazo. No primeiro caso, referem-se a atividades de serviços prestados às comunidades e ou pessoas sem relação direta com pesquisas ou metodologias de intervenção sistemática.

No bojo dessas novas conceituações da Política de Extensão, o *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*/UFMA, iniciado em 1992 e sob o qual se efetiva a graduação em Serviço Social na UFMA, tem reafirmado a extensão como parte indissociável do Ensino e da Pesquisa, ou seja, reafirma em linhas gerais, os propósitos desenhados desde meados dos anos de 1970. No referido documento, o objetivo da extensão é “Garantir o envolvimento dos alunos do Curso de Serviço Social em ações profissionais orientadas por professores, junto a grupos e instituições sociais, através de projetos do DESES, em articulação com outros departamentos.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1992).

Apesar de amplo, o objetivo articula a extensão aos projetos de pesquisa do DESES, considerando a pesquisa como espaço de intervenção na realidade à luz de referenciais teóricos que tenham, por conseguinte, o objetivo de alterar a longo e médio prazo a realidade pesquisada. Porém, seguindo as modalidades de extensão da UFMA, o *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social* considera que as atividades de curto prazo, desvinculadas de pesquisas desenvolvidas pelo DESES ou por outros departamentos e instâncias acadêmicas, ainda que não possibilitem o exercício da reflexão e debate crítico da intervenção aí exercida, como prática de ensino-aprendizagem serão concebidas como extensão universitária nos marcos do PDI/UFMA. Contudo, a extensão nessa perspectiva não deverá perder a dimensão do Projeto Ético-Político Profissional como um processo de ensino-aprendizagem voltado à utilização de conhecimentos e à intersecção entre a academia e a sociedade, pois, como ressaltam Guerra, Backx e Repetti (2013, p. 212-213),

> O Projeto ético-pedagógico de um curso deve estabelecer diálogo, por um lado, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Instituição de Ensino Superior a qual se vincula, e por outro, com o Projeto Ético-Político Profissional que, por sua vez, deve estar em sintonia com as particularidades de uma determinada formação social.

Em meio às contradições que se reforçam no interior da Universidade Pública Brasileira, a concepção de Extensão Universitária defendida pelo FORPROEX, pela ABEPSS, pelo DESES e pelo CSS/UFMA, constitui-se um desafio ainda em voga na perspectiva do Projeto Ético-Profissional do Serviço Social.

Conforme destaca Brandão (2007, p. 127), no CSS/UFMA, “[...] a extensão é a área na qual foram acumuladas maiores experiências, fortemente articuladas com a pesquisa e ambas servindo ao campo de estágio supervisionado.”

Na década de 1990, destacam-se: o Projeto Relações pedagógicas face à problemática da criança e do adolescente, aprovado em 1991tendo favorecido o desenvolvimento de atividades junto ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR/MA) e o Fórum em Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA/MA) e ao projeto *Estrela da Rua*; o projeto *A Questão Urbana e as Políticas Públicas e a Organização Popular em São Luís*, aprovado também em 1991; o projeto *Gênero e Universidade*, aprovado em 1995, projeto este de âmbito regional articulado às Universidades do Norte e Nordeste junto às organizações de mulheres e feministas, o projeto *A participação da sociedade civil nos Conselhos de Direitos e Tutelares da Criança e do Adolescente no Estado do Maranhão*, aprovado em 1995

voltado à diagnosticar e caracterizar a participação da Sociedade Civil neste espaço de atuação e o Projeto *Caracterização e perspectiva da qualidade de vida nos assentamentos rurais no Maranhão*, aprovado em 1998 com vistas a construir um diagnóstico das condições dos assentamentos rurais no Maranhão e as suas perspectivas de efetivação no contexto da Reforma Agrária.

Em 2003 foi aprovado e teve início o curso de extensão sobre a *Realidade Brasileira a partir de grandes pensadores brasileiros*. Apresentado ao DESES pelo GSERMS. Foi uma proposta nacional de capacitação para militantes de movimentos sociais rurais e urbanos, sob a liderança do Movimento dos Sem-Terra (MST) através da *Escola Nacional Florestan Fernandes*, em articulação com outras entidades e movimentos populares e outras universidades públicas brasileiras. O curso desenvolvido no âmbito da UFMA, sob a coordenação do GSERMS, envolveu organizações dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

No Quadro 5 os mais recentes projetos de extensão já concluídos pelos grupos de pesquisa do DESES.

Quadro 5 - Projetos de Extensão concluídos

Grupos de Pesquisa	Projeto de Pesquisa e Extensão	Período de Vigência
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDES	1. Projeto CIVITAS: capacitação de conselheiros de Criança e Adolescente em gestão pública e controle social	2008 - 2009
	2. Projeto Escola de Formação Sócio-Educativa do Maranhão	2008
Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos - GERAMUS	1.Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: processos de lutas e organização	2005 - 2008
	2 Relações de gênero e trabalho: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião do Leste Maranhense em meio à monocultura de soja o município de Brejo	2012-2012
UNITRABALHO	Brasil, meu negócio é turismo	2006 -2008
	Mapeamento de Empreendimentos	2010-2013

	Econômicos Solidários, Entidade de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária no MA, CE, PI e RN	

Atualmente estão em andamento dois projetos de extensão desenvolvidos pelos Grupos de Pesquisa do DESES: CapacitaSUAS/MA e Educação, Pobreza e Desigualdade Social/CEEDPDS.

Integrando a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CAPACITASUAS tem o objetivo de capacitar os trabalhadores do SUAS em todo o Brasil mediante ação articulada Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/Secretaria de Estado/Universidades. Desenvolvido no âmbito do GDES, a Coordenação Geral é exercida pela Profa. Dra. Lília Penha Viana Silva e a Coordenação Pedagógica pela Profa. Dra. Aurora Amélia Brito de Miranda.

A primeira fase do CapacitaSUAS/MA, está em execução desde janeiro de 2015, sendo composta por 03 Cursos: Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Brasil Sem Miséria; Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria e Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS.

Outro projeto de extensão ainda em andamento no DESES é *Educação, Pobreza e Desigualdade Social no Estado do Maranhão*, desenvolvido pelo GPETISS, sob a coordenação da Profa. Dra. Marli Alcântara Ferreira Moraes. Além de especialização e extensão, o projeto desenvolve também atividades de pesquisa na temática estudada pelo grupo. Ele está em execução desde agosto de 2014, com encerramento previsto para agosto de 2017[10].

Frente ao exposto, pode-se concluir que ao longo da história do DESES a extensão é componente dos projetos de pesquisa deste departamento, norteando-se pela concepção de ensino-aprendizagem como fundamento de tal relação.

7.5.11 Política de Pós-Graduação

A pós-graduação no DESES tem seu marco inicial no Curso de Especialização, criado em 1980 com a perspectiva de se transformar em mestrado,

[10] Maiores informações o projeto ver o item - *2.9.1 Política de pós-graduação.*

quando o DESES contava com um significativo número de professores pós-graduados em nível de mestrado, mas ainda nenhum doutor.

Este curso atendeu seis turmas e formou 45 especialistas em Planejamento, Metodologia do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade, em dois momentos distintos: o primeiro, de 1980-1983, interrompido por uma ação arbitrária do reitor à época; o segundo, de 1985-1989 sem, no entanto, alcançar o mesmo êxito do primeiro momento.

A experiência seguinte do DESES com a Pós-Graduação veio a partir do avanço da capacitação dos professores em nível de doutorado, sendo a professora Maria Ozanira da Silva e Silva a primeira doutora. A referida professora coordenou a elaboração e implementação da proposta do atual PPGPP, iniciado em 1992 com Mestrado, mas ampliado, em 2001, para Doutorado. Como se trata de programa interdepartamental não está sujeito a uma política de pós-graduação deste departamento, embora na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) esteja vinculado à área de Serviço Social. A maior sustentação do PPGPP é dada pelo DESES. Desde então tem sido o principal centro de capacitação dos professores do DESES, em nível de mestrado e doutorado. Portanto, é importante destacar que o PPGPP responde aos aspectos mais relevantes das exigências do DESES para uma política de Pós-graduação em termos *stricto sensu*, e atende a todos os eixos temáticos constitutivos do Currículo do CSS/UFMA.

Por outro lado é necessário ter presente que a Pós-graduação *stricto-sensu* não pode abarcar toda a demanda de formação profissional continuada dos profissionais de Serviço que o DESES tem a função de garantir para a sociedade. Neste sentido uma política de pós-graduação deve abrir espaço para Pós-graduação *latu-sensu*, através dos cursos de especialização. A partir dos anos 1990, o DESES tem desenvolvido, em caráter permanente, cursos nessa modalidade, são eles:

- **Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social**

Iniciado em 2007, na modalidade presencial, o curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social encontra-se na sua terceira turma. Tem uma carga horária de 540 horas e objetiva formar profissionais especialistas em Serviço Social capazes de pensar e intervir criticamente nos processos sociopolíticos que geram seus objetivos de intervenção e sua prática pedagógica no âmbito das políticas públicas de corte social.

- **Educação em Direitos Humanos**

O curso foi realizado no período de 2011 a 2014, na modalidade à distância. Teve Carga Horária de 380 h e voltou-se para o aprimoramento de 440 profissionais da educação básica no tema: educação em Direitos Humanos. Foi ofertado em 05 Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), localizados nos seguintes municípios maranhenses: Imperatriz (150 vagas), Carolina (70 vagas), Porto Franco (70 vagas), Caxias (80 vagas) e Santa Inês (70 vagas).

- **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social (CEEDPDS)**

Em vigor desde agosto de 2014, na modalidade a distância, o referido curso tem como objetivo formar, em nível de especialização, na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com 432 (quatrocentos e trinta e dois) profissionais nas áreas da educação básica, da assistência social e da saúde que se articulam com a educação a partir das condicionalidades postas pelo Programa Bolsa Família, no Maranhão. Visa o desenvolvimento de práticas político-pedagógicas que possibilitem a transformação das condições de vivência da pobreza e da extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens e, consequentemente, promovam condições objetivas que viabilizem um justo e digno viver definido socialmente. O curso é voltado a profissionais que atuam no estado do Maranhão, distribuídos em 08 (oito) polos, considerando as diferenças regionais. Para facilitar os encontros presenciais, os polos foram assim distribuídos: São Luís, São Bernardo, Pinheiro, Bacabal, Codó, Grajaú, Balsas e Imperatriz.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Historicamente, o DESES e o CSS/UFMA sempre tiveram preocupações no sentido de instituir mecanismos que possibilitassem o acompanhamento, monitoramento e avaliação de suas ações, sobretudo no tocante ao processo de implantação de suas propostas pedagógicas, expressas nos vários currículos formulados e implantados ao longo da existência dessa Unidade de Formação Acadêmica.

Nesse percurso histórico, sempre foi claro para o coletivo de professoras, a importância dos processos avaliativos para o avanço e a melhoria da qualidade da formação profissional almejada, entendendo que um processo de avaliação oportuniza identificar problemas, mas também aponta e indica novas perspectivas no sentido de buscar a superação e aprimoramento das questões identificadas.

Neste sentido, na atual proposta pedagógica são definidos critérios de avaliação do corpo discente, docente e do processo de implementação do *Projeto Pedagógico do Curso*.

8.1 Avaliação do Discente

Com o foco no processo de ensino-aprendizagem valoriza-se uma formação de profissionais sob a ótica da totalidade, não só de conhecimentos, mas envolvendo atitudes e valores tais como participação, compromisso e ética. Para tanto, a escolha de estratégias formativas deve permitir que a(o) aluna(o) adquira informações e, ao mesmo tempo, reconstrua seu conhecimento, para que possa debater o assunto e manifestar livremente sua opinião, articulando as dimensões técnica e ético-política na sua vida acadêmico profissional.

A dimensão formativa não deve se limitar ao espaço físico da sala de aula, mas deve extrapolar os muros universitários, adentrando espaços sociais na perspectiva da articulação entre teoria e prática, aliando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é realizada pelas docentes quanto aos conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelas(os) estudantes em cada componente curricular, tendo como objetivo contribuir para a formação acadêmico-científica, profissional, ética e política. Constitui-se de três

avaliações regulares por componente curricular, sendo obrigatório que pelo uma delas seja escrita.

Considera-se as resoluções legais adotadas pela UFMA no processo de avaliação discente, destacando-se que os instrumentos formais avaliativos a serem empregados poderão ser:

- Prova escrita ou oral;
- Trabalhos de grupo ou seminários;
- Trabalho individual;
- Pontualidade e assiduidade;
- Participação em sala de aula;
- Trabalho escrito em grupo com apresentação oral individual.

O CSS/UFMA por meio do Núcleo de Apoio Discente implantará um Plano de Apoio ao Discente, pelo qual será possível o acompanhamento à assistência estudantil e pedagógica ao alunado. O processo de acompanhamento terá como base sistema de plantão de atendimento ao discente, no qual as docentes responsáveis farão esclarecimentos, orientações e encaminhamentos de casos surgentes às instâncias correspondentes.

8.2 Avaliação do Docente

A avaliação do docente seguirá as normas da Instituição de Ensino, com destaque para a avaliação feita pelas(os) discentes em sala de aula ao término de cada disciplina e no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), ao fim de cada semestre letivo, sendo a avaliação, requisito obrigatório para rematrícula da(o) discente.

8.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O CSS/UFMA será avaliado de forma sistemática, pela Comissão Permanente Interna de Avaliação a partir de suas instâncias: Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, Assembleia Departamental, através do Núcleo de Ensino, cujas atividades acontecem de forma regular.

A Comissão Permanente Interna de Avaliação será responsável também pela implementação do *Projeto Pedagógico do Curso* o qual será avaliado trienalmente através da realização de atividades coletivas de avaliação, tais como: seminários, encontros e oficinas; onde sejam identificados limites e possibilidades do Projeto Pedagógico, observando a relação ensino, pesquisa e extensão (ANEXO J).

9 POLÌTICA DE INCLUSÃO

A questão da deficiência constitui eixo temático importante para o Serviço Social da UFMA, considerando que o Curso tem suas concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos.

Para melhor atendimento às pessoas com deficiência locomotora, destaca-se que o prédio do Centro de Ciência Sociais (CCSo), onde funciona o Curso, possuí acessibilidade. Ademais, o Curso está implantando o Programa de Apoio ao Discente com o funcionamento de serviço de plantão direcionado a esse público com deficiência, que deverão ser encaminhados ao Núcleo de Acessibilidade da UFMA para acompanhamento pedagógico específico.

Além disso, o Curso tem buscado se articular com outros departamentos acadêmicos que possuem nos seus quadros, docentes qualificados para o atendimento pedagógico de pessoas com deficiências.

10 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

Neste item destaca-se que para o adequado funcionamento do Curso se fazem necessário: salas de aula climatizadas e com pontos de instalação elétrica, laboratórios com computadores e acesso à rede de Internet, bibliotecas com acervo atualizado e em volumes suficientes para o número de discentes matriculados, banheiros asseados e com acessibilidade, sala climatizada, mobiliada e equipada com computadores e acesso à rede de Internet para os docentes.

Importa destacar que no momento contamos com: salas de aula parcialmente climatizadas e salas para: a Coordenação do Curso, Chefia do Departamento, Coordenações de Estágio e Monografia, reuniões e para o atendimento aos discentes. Temos ainda o CDILUSS, enquanto um acervo de memória histórica do Curso e espaço de pesquisa e de consulta disponível à comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ACEBISPADO METROPOLITANO DO MARANHÃO. Decreto n. 5 de 10 de fevereiro de 1953. Cria a Escola de Serviço Social. **O Imparcial**, São Luís, 1953

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social:** com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Relatório da oficina regional ABEPSS-Norte - A Política de ensino superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social. São Luís: Curso de serviço Social/UFMA, 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, S. M. S. de O. **Serviço Social e questão social no Maranhão:** resgate histórico do "Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís", no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1968.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política, o caso do Maranhão. **Revista brasileira de estudos políticos**, [S.l.], n. 46, jan. 1978.

FARIA. José Henrique de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e contra-reforma do ensino superior. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano XV, n.35, p. 13-33, fev. 2005.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012 (Coleção Extensão Universitária, v. 7).

GUERRA, Y.; BACKX, S.; REPETTI, G. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 205-232, jan./jun. 2013.

GUILHON, M. V. M. et al. Proposta para uma política de Estágio. **Revista de Ciências Sociais,** São Luís, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM:** ano 2008. São Luís, 2010b.

_____. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão:** nova série 2002 a 2007. São Luís, 2009b.

SILVA, M. O. da S. **Os Programas de Transferência de Renda enquanto estratégia atual de enfrentamento à pobreza no Brasil, o Programa Bolsa Família.** São Luís, 2006. Mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Centro de Ciências Sociais. Curso de Serviço Social. **Histórico do Curso de Serviço Social.** São Luís, [20--?].

_____. _____. _____. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.** São Luís, 2005.

_____. _____. _____. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.** São Luís, 1992.

_____. _____. _____. **Proposta curricular do Curso de Serviço Social/UFMA.** São Luís, 1990.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.** São Luís, 2012.

_____. **Resolução nº 1.175-CONSEPE, de 21 de julho de 2014.** Aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís, 2014. Disponível em:<http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/6HYe2HO9lDVTg9X.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2016.

ANEXOS

ANEXO A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: período, carga horária, n.º de créditos, pré-requisitos e demanda departamental

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 1.º	Sociologia	4	0	0	4	60h	-	Sociologia e Antropologia
	Formação Sócio-histórica do Brasil e Serviço Social	4	0	0	4	60h	-	Serviço Social
	Metodologia do Trabalho Científico	1	1	0	2	45h	-	Biblioteconomia
	Fundamentos Históricos e Teórico metodológicos do Serviço Social I	4	0	0	4	60h	-	Serviço Social
	Antropologia	4	0	0	4	60h	-	Sociologia e Antropologia
	Economia Política	4	0	0	4	60h		Economia
	Sub-Total	**21**	**1**	**0**	**22**	**345**		

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 2º	Trabalho e Relações Sociais	4	0	0	4	60h	-	Serviço Social
	Filosofia	4	0	0	4	60h	-	Filosofia
	Serviço Social e Questão Social I	4	0	0	4	60h	Formação Sócio-Histórica do Brasil e Serviço Social	Serviço Social
	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	4	0	0	4	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I	Serviço Social
	Teoria Política	4	0	0	4	60h	-	Sociologia e Antropologia
	Sub-Total	**20**	**0**	**0**	**20**	**300**		

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 3º	Relações Étnico Raciais no Brasil e o Serviço Social	2	0	0	2	30h		Serviço Social
	Psicologia Social	4	0	0	4	60h		Psicologia
	Serviço Social e Questão Social II	2	1	0	3	60h	Serviço Social e Questão Social I	Serviço Social
	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	4	0	0	4	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Serviço Social
	Movimentos Sociais e Serviço Social	2	1	0	3	60h	Serviço social e Questão Social I	Serviço Social
	Política Social I	4	0	0	4	60h	Teoria Política	Serviço Social
	Sub-Total	**18**	**2**	**0**	**20**	**330**		

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 4.º	Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social	2	1	0	3	60h		Serviço Social
	Educação Popular e Serviço Social	2	1	0	3	60h	Movimentos Sociais	Serviço Social
	Política Social II	2	1	0	3	60h	Política Social I	Serviço Social
	Serviço Social e Questão Social III	2	1	0	3	60h	Serviço Social e Questão Social II	Serviço Social
	Relações de Gênero e Serviço social	2	0	0	2	30h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Serviço Social
	Disciplina Optativa	2	1		3	60h		Serviço Social
	Sub-Total	**12**	**5**	**0**	**17**	**330**		

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 5º	Pesquisa em Serviço Social I	2	1	0	3	60h	Metodologia nas Ciências Sociais e o Serviço Social	Serviço Social
	Planejamento Social	2	1	0	3	60h		Serviço Social
	Serviço Social e Processos de Trabalho	2	1	0	3	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Serviço Social
	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I	0	1	0	1	30h		Serviço Social
	Seminário Temático I	1	1	0	2	45h		Serviço Social
	Sub-Total	**7**	**5**	**0**	**12**	**255**		

	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 6.º	Ética Profissional em Serviço Social	2	1	0	3	60h	Filosofia; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológico do Serviço social IIII	Serviço Social
	Administração e Supervisão em Serviço Social	2	1	0	3	60h	Serviço Social e Processos de Trabalho I	Serviço Social
	Pesquisa em Serviço Social II	2	1	0	3	60h	Pesquisa em Serviço Social I	Serviço Social
	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social II	0	1	0	1	30h	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I	Serviço Social
	Seminário Temático II	1	1		2	45h		Serviço Social
	Disciplina Optativa	2	1	0	3	60h		Serviço Social
	Sub-Total	**09**	**06**	**0**	**15**	**315h**		

	Disciplina/Estágio Curricular	N.º de créditos				C.H.	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 7º	Estágio em Serviço Social I	0	0	0	0	360	-	Serviço Social
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	0	0	0	0	45	-	Serviço Social
	Sub-Total	**0**	**0**	**0**	**0**	**405**		

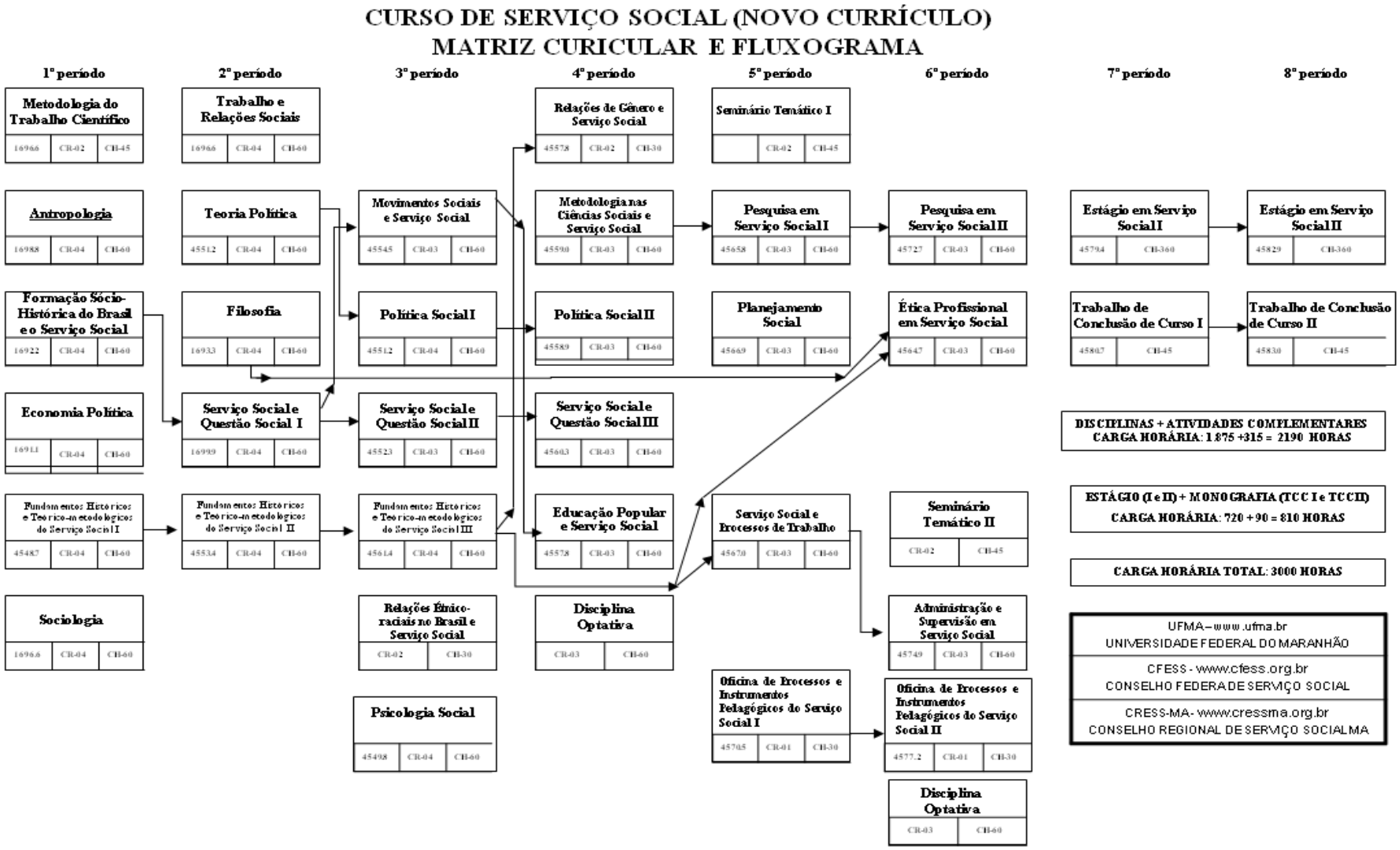
	Disciplina	N.º de créditos				C.H	Pré-Requisitos	Demanda Departamental
		T	P	E	Total			
Período 8º	Estágio em Serviço Social II	0	0	0	0	360	-	Serviço Social
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	0	0	0	0	45	-	Serviço Social
	Atividades Complementares	0	0	0	0	315		
	Sub-Total	**0**	**0**	**0**	**0**	**720**		

1. Duração mínima: 08 Semestres letivos	**5. Atividade Complementar: 315h**
2. Duração máxima: 12 semestres letivos	**6. TCC: 90h**
3. Disciplinas: 1.875h	**7. Carga horária total: 3.000 h.**
4. Estágio: 720h	**8. Nº de Créditos: 106**

ANEXO B - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS: carga horária, número de créditos e demanda departamental

N.º	Disciplina	N.º de créditos				C.H.	Demanda Departamental
		T	P	E	Total		
1	Famílias, Infâncias, Adolescência e Políticas Públicas	2	1	0	3	60	Serviço Social
2	Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas	2	1	0	3	60	Serviço Social
3	Questão Ambiental e Políticas Públicas	2	1	0	3	60	Biologia, Geografia, Saúde Pública e Serviço Social
4	Política de Assistência Social e o Trabalho do Assistente Social	2	1	0	3	60	Serviço Social
5	Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania	2	1	0	3	60	Direito, Filosofia e Serviço Social
6	Envelhecimentos, Políticas Públicas e Serviço Social	2	1	0	3	60	Serviço Social
7	Serviço Social e a Organização da Cultura	2	1	0	3	60	Serviço Social
8	Política de Educação e Serviço Social	2	1	0	3	60	Serviço Social
9	Saúde Mental e Serviço Social	2	1	0	3	60	Serviço Social
10	Serviço Social no Campo Sócio jurídico	2	1	0	3	60	Serviço Social
11	Política de Saúde e Serviço Social	2	1	0	3	60	Serviço Social
12	Serviço Social no Campo empresarial	2	1	0	3	60	Serviço Social
13	Libras	2	1	0	3	60	Letras
14	Política de Previdência Social e Serviço Social	2	1	0	3	60	Serviço Social

ANEXO C - MATRIZ CURRICULAR E FLUXOGRAMA DO NOVO CURRÍCULO



ANEXO D - QUADRO EQUIVALÊNCIAS DE DISCIPLINAS

Disciplinas Currículo Em Vigor	CH	CR	Disciplinas Currículo A Ser Implantado	CH	CR
Pensamento Social	60 h	4-0-0	Teoria Política	60 h	04
Filosofia	60 h	4-0-0	Filosofia	60 h	04
Metodologia Científica	60 h.	4-0-0	Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social	60 h	03
Metodologia do Trabalho Científico	60 h.	2-1-0	Metodologia do Trabalho Científico	45 h	02
Economia Política	60 h.	4-0-0	Economia Política	60 h	04
Direito e Legislação Social	60 h.	4-0-0	Política Social II	60 h	03
Sociologia	60 h.	4-0-0	Sociologia	60 h	04
Antropologia	60 h.	4-0-0	Antropologia	60 h	04
Teoria Política	60 h.	4-0-0	Teoria Política	60 h	04
Formação Sócio-histórica do Brasil	60 h.	4-0-0	Formação Sócio-histórica do Brasil e Serviço social	60 h	04
Língua Portuguesa	60 h	4-0-0	Sem equivalência		
Psicologia Social	60 h.	4-0-0	Psicologia Social	60 h	04
Introdução ao Estudo do S.S.	60 h.	4-0-0	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. I	60 h	04
Trabalho e Relações Sociais	60 h.	4-0-0	Trabalho e Relações Sociais	60 h	04
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. I	60 h.	4-0-0	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. I	60 h	04
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. II	60 h.	4-0-0	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. II	60 h	04
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. III	60 h	4-0-0	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do S.S. III	60 h	04
Pesquisa em Serviço Social I	60 h	4-0-0	Pesquisa em Serviço Social I	60 h	03
Pesquisa em Serviço Social II	60 h.	3-1-0	Pesquisa em Serviço Social II	60 h	03
Pesquisa em Serviço Social III	90 h.	3-3-0	Pesquisa em Serviço Social II	60 h	03
Questão Social I	60 h		Serviço Social e Questão Social I	60 h	04
Questão Social II	60 h.	4-0-0	Serviço Social e Questão Social II	60 h	03
Questão Social III	60 h.	4-0-0	Serviço Social e Questão Social III	60 h	03
Política Social I	60 h.	4-0-0	Política Social I	60 h	04
Política Social II	60 h.	6-0-0	Política Social II	60 h	03
Política Social III	60 h		Política Social II	60 h	03
Serviço Social e Processos de Trabalho I	60 h.	3-1-0	Serviço Social e Processos de Trabalho	60 h	03
Serviço Social e Processos de Trabalho II	60 h.	4-1-0	Serviço Social e Processos de Trabalho	60 h	03
Oficina de Processos e Instrumentos de Trabalho I	30 h.	1-0-0	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I	30 h	01
Oficina de Processos e Instrumentos de Trabalho II	30h	1-0-0	Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I	30h	01
Oficina de Processos e Instrumentos de Trabalho III	30h	1-0-0	Planejamento Social	60 h	03
Seminário Temático I	30h	1-0-0	Seminário Temático I	45 h	02
Seminário Temático II	30 h	1-0-0	Seminário Temático II	45 h	02

Movimentos Sociais E Serviço Social	60 h.	4-0-0	Movimentos Sociais e Serviço Social	60 h	03
Planejamento Social	90 h.	4-1-0	Planejamento Social	60 h	03
Administração e Supervisão em S.S.	60 h.	3-1-0	Administração e Supervisão em S.S.	60 h	03
Ética Profissional em S.S.	60 h.	4-0-0	Ética Profissional em S.S.	60 h	03
Educação Popular e Serviço Social	60 h.	5-0-0	Educação Popular e Serviço Social	60 h	03
Estágio I	360 h	8-0-0	Estágio I	360h	
Estágio II	360 h	8-0-0	Estágio II	360h	
Supervisão de Estágio I	60 h	2-0-0	Sem equivalência		
Supervisão de Estágio II	60 h	2-0-0	Sem equivalência		
TCC I	45 h	3-0-0	TCC I	45h	
TCC II	45 h	3-0-0	TCC II	45h	

ANEXO E - QUADRO DE IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DO NOVO CURRÍCULO

Ano/Semestre	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1
2016.2	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**	**1º**
2017.1		**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**	**2º**
2017.2			**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**	**3º**
2018.1				**4º**	**4º**	**4º**	**4º**	**4º**
2018.2					**5º**	**5º**	**5º**	**5º**
2019.1						**6º**	**6º**	**6º**
2019.2							**7º**	**7º**
2020.1								**8º**

2016.1 é o último semestre do currículo vigente em sua totalidade

2016.2 a 2019.2
fase de transição

Em 2020.1 o novo currículo estará totalmente implantado

ANEXO F - NORMAS PARA RECONHECIMENTO E INCORPORAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DO ALUNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NORMAS PARA RECONHECIMENTO E INCORPORAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DO ALUNO

O Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, considerando a estrutura curricular do Curso de Serviço Social e o que foi decidido em reunião do dia 01 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art 1º - As atividades acadêmicas complementares (AAC) constituem um conjunto de ações desenvolvidas nos parâmetros didático-pedagógicos estabelecidos pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão que agregue à formação profissional dos (as) discentes conteúdos teóricos e vivências em processos interventivos e investigativos durante o período de graduação.

§1º - Constituem atividades acadêmicas complementares: participação em defesas públicas de monografias, dissertações e teses, monitoria, iniciação científica, produção e publicação científica, participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos, culturais e artísticos, inserção em projetos de pesquisa e extensão, assessoria a movimentos sociais e outras instituições, cursos ministrados e representação discente em centros acadêmicos e órgãos colegiados.

§ 2º - Serão consideradas atividades acadêmicas complementares os eventos ofertados pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e outras instituições de ensino, assim como cursos de outras áreas de conhecimento e instituições afins, desde que devidamente reconhecidas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

§3º - As atividades acadêmicas complementares serão incorporadas ao histórico escolar do (a) discente e serão correspondentes a 315 (trezentas e quinze horas).

Art. 2º - O processo de reconhecimento e incorporação das atividades acadêmicas complementares no histórico escolar do(a) discente será iniciado com o pedido formulado pelo(a) interessado(a) ao Colegiado do Curso de Serviço Social, devidamente comprovado mediante declaração ou certificação da inserção do(a) discente na atividade, contendo: período de realização, carga horária, aproveitamento e frequência.

Art 3º - As atividades acadêmicas complementares serão aproveitadas considerando os parâmetros de pontuação especificados no Anexo G destas Normas.

Art 4º - Os casos omissos e situações supervenientes serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

São Luís, 01 de agosto de 2014.
Colegiado do Curso de Serviço Social

ANEXO G - REGULAMENTOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
ANEXO I
CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Código	Atividade	Comprovação
AC 1.1	Disciplinas extracurriculares realizadas fora do Curso de Serviço Social UFMA, em instituição de ensino superior com reconhecimento oficial, desde que tenham pertinência com os conteúdos programáticos do Curso de Serviço Social, a critério do Colegiado do Curso.	Histórico Escolar ou Declaração da Instituição atestando a aprovação e programa da disciplina.
AC 1.2	Atividades de monitoria em disciplinas.	Declaração do professor do curso de Serviço Social atestando a condição de monitor, durante o semestre.
AC 1.3	Cursos de aprendizagem em língua estrangeira e disciplinas de aprimoramento da capacidade de expressão escrita e oral na língua portuguesa.	Declaração do curso atestando matrícula e aprovação no modulo/ nível ou na disciplina.
AC 2.1	Participação em projetos de pesquisa de docente do Departamento de Serviço Social da UFMA ou, mediante aprovação do Colegiado do Curso, em qualquer outra espécie de projeto de pesquisa.	Relatório da pesquisa realizada, com a declaração do orientador-pesquisador respectivo, atestando a participação e carga horária efetiva do aluno
AC 3.1	Publicação de artigo, ensaio, pôster, monografia, livro ou similar, (seja a obra individual ou coletiva) em veículo de circulação internacional ou nacional.	Cópia da publicação
AC 3.2	Participação em concursos científicos (monografias, artigos científicos, papers etc.).	Apresentação do trabalho científico inscrito e declaração da instituição ou sociedade promotora do concurso
AC 4.1	Participação em projetos de extensão abertos à comunidade em geral, patrocinados ou não pela UFMA, desde que a participação do(a) aluno(a) seja aprovada pelo Colegiado do Curso	Certificado emitido pela instituição responsável pelo projeto e apresentação de relatório das atividades realizadas com assinatura do professor responsável pelo acompanhamento do (a) aluno (a).
AC 4.2	Monitoramento de cursos de extensão abertos à comunidade em geral, patrocinados ou não pela UFMA, desde que a participação do(a) aluno(a) seja aprovada pelo Colegiado do Curso	Certificado emitido pela instituição responsável pelo curso e apresentação de relatório das atividades realizadas com assinatura do responsável pelo acompanhamento do (a) aluno (a) (Ver Anexo IV).
AC 4.3	Assessoria a instituições estatais e da sociedade civil	Declaração emitida pela instituição atestando a atividade e o período de realização.

AC 5.1	Participação em Eventos técnico-científicos e culturais. (seminários, simpósios, conferências, congressos) internacionais e nacionais.	Declaração ou Certificado de participação.
AC 5.2	Participação em Eventos técnico-científicos e culturais. (seminários, simpósios, conferências, congressos) regionais e locais.	Declaração ou Certificado de participação.
AC 5.3	Participação como conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster, em eventos técnico-científicos e culturais internacionais e nacionais.	Declaração ou Certificado de participação no evento na condição de conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster.
AC 5.4	Participação como conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster, em eventos técnico-científicos regionais e locais	Declaração ou Certificado de participação no evento na condição de conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster.
AC 5.5	Organização e monitoria de eventos técnico-científicos e culturais locais ou internacionais	Declaração da instituição responsável pelo evento
AC 5.6	Participação em ato público de defesa de dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de conclusão do Curso de Serviço Social da UFMA.	Apresentação de relatório sobre o evento (Ver anexo V).
AC 5.7	Participação no Seminário Semestral de Estágio Obrigatório organizado pela coordenação do estágio do curso de serviço social/UFMA	Apresentação de Declaração emitida pela coordenação de estágio do curso de serviço social/UFMA
AC 5.8	Participação em atividades decorrentes de intercâmbios ou convênios internacionais	Declaração da instituição onde foi realizado o intercâmbio, mencionado o período de sua realização
AC 5.9	Participação em cursos e mini-cursos	Declaração ou Certificado de Participação
AC 6.1	Estágio não obrigatório realizado em instituições conveniadas com a UFMA	Declaração da instituição informando a condição de estagiário, o (a) assistente social responsável pela supervisão técnica, o horário do estágio, e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no semestre assinado pelo (a) supervisor (a) técnico (a), assistente social com registro no CRESS.
AC 7.1	Exercícios de cargo de representação estudantil em entidade nacional, regional ou estadual.	Ata da posse
AC 7.2	Exercício de cargo de representação estudantil nas turmas, e nas demais instancias da UFMA	Ata da posse

Aprovada em Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Serviço Social em 01.05.2015.

Profa. Dra. Aurora Amélia Brito de Miranda

Coordenadora do Curso de Serviço Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
ANEXO II
TABELA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÓDIGO	ATIVIDADE	COMPROVAÇÃO	Nº DE CRÉDITOS
TIPO 1 –	**DISCIPLINAS E CURSOS**		
AC 1.1	**Disciplinas extracurriculares realizadas fora do Curso de Serviço Social UFMA, em instituição de ensino superior com reconhecimento oficial, desde que tenham pertinência com os conteúdos programáticos do Curso de Serviço Social, a critério do Colegiado do Curso.**	**Histórico Escolar ou Declaração da Instituição atestando a aprovação e programa da disciplina.**	02 créditos (30hs por semestre) até o limite de 04 créditos e 60 hs
AC 1.2	**Atividades de monitoria em disciplinas.**	**Declaração do professor do curso de Serviço Social atestando a condição de monitor, durante o semestre.**	02 créditos (30h por semestre), até o limite de 04 créditos e 60h
AC 1.3	**Cursos de aprendizagem em língua estrangeira e disciplinas de aprimoramento da capacidade de expressão escrita e oral na língua portuguesa.**	**Declaração do curso atestando matrícula e aprovação no modulo/ nível ou na disciplina.**	02 créditos (30h por semestre/modulo) até o limite de 04 créditos e 60h
TIPO 2 –	**PESQUISA**		
AC 2.1	**Participação em projetos de pesquisa de docente do Departamento de Serviço Social da UFMA ou, mediante aprovação do Colegiado do Curso, em qualquer outra espécie de projeto de pesquisa.**	**Relatório da pesquisa realizada, com a declaração do orientador-pesquisador respectivo, atestando a participação e carga horária efetiva do aluno**	02 créditos (30 hs por semestre) até o limite de 04 créditos e 60 h.
TIPO 3 -	**PRODUÇÃO CIENTÍFICA**		
AC 3.1	**Publicação de artigo, ensaio, pôster, monografia, livro ou similar, (seja a obra individual ou coletiva) em veículo de circulação internacional ou nacional.**	**Cópia da publicação**	04 créditos (30 hs por publicação) até o limite de 04 créditos e 30 h.
AC 3.2	**Publicação de artigo, ensaio, pôster, monografia, livro ou similar, (seja a obra individual ou coletiva) em veículo de circulação regional ou local.**	**Cópia da publicação**	02 créditos (30 hs por semestre) até o limite de 04 créditos e 60 h.
AC 3.3	**Participação em concursos científicos (monografias, artigos científicos, papers etc.).**	**Apresentação do trabalho científico inscrito e declaração da instituição ou sociedade promotora do concurso**	02 créditos (30 hs por publicação) até o limite de 04 créditos e 60 h. Em caso de premiação poderão ser acrescidos mais 02 créditos-30hs além do limite máximo.

TIPO 4 –	**EXTENSÃO**		
AC 4.1	**Participação em projetos de extensão abertos à comunidade em geral, patrocinados ou não pela UFMA, desde que a participação do(a) aluno(a) seja aprovada pelo Colegiado do Curso**	**Certificado emitido pela instituição responsável pelo projeto e apresentação de relatório das atividades realizadas com assinatura do professor responsável pelo acompanhamento do(a)aluno(a). (Ver Anexo IV)**	02 créditos (30 hs por projeto) até o limite de 04 créditos e 60 h.
AC 4.2	**Monitoramento de cursos de extensão abertos à comunidade em geral, patrocinados ou não pela UFMA, desde que a participação do(a) aluno(a) seja aprovada pelo Colegiado do Curso**	**Certificado emitido pela instituição responsável pelo curso e apresentação de relatório das atividades realizadas com assinatura do responsável pelo acompanhamento do (a) aluno(a). (Ver Anexo IV)**	02 créditos (30 hs por monitoramento) até o limite de 04 créditos e 60 h.
AC 4.3	**Assessoria a instituições estatais e da sociedade civil**	**Declaração emitida pela instituição atestando a atividade e o período de realização.**	02 créditos (30 hs por assessoria) por semestre até o limite de 04 créditos e 60 h.
TIPO 5 –	**EVENTOS E OUTROS**		
AC 5.1	**Participação em Eventos técnico-científicos e culturais. (seminários, simpósios, conferências, congressos) internacionais e nacionais.**	**Declaração ou Certificado de participação.**	02 créditos (30 hs por evento) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
AC 5.2	**Participação em Eventos técnico-científicos e culturais. (seminários, simpósios, conferências, congressos) regionais e locais.**	**Declaração ou Certificado de participação.**	01 crédito (15 hs por evento) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
AC 5.3	**Participação como conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster, em eventos técnico-científicos e culturais internacionais e nacionais.**	**Declaração ou Certificado de participação no evento na condição de conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster.**	04 créditos (60 hs por evento) até o limite de 04créditos e 60 hs.
AC 5.4	**Participação como conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster, em eventos técnico-científicos regionais e locais**	**Declaração ou Certificado de participação no evento na condição de conferencista, palestrante, mediador, debatedor ou apresentador de trabalho oral ou em pôster.**	02 créditos (30 hs por evento) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
AC 5.5	**Organização e monitoria de eventos**	**Declaração da**	01 crédito (15 hs

	técnico-científicos e culturais	**instituição responsável pelo evento**	por evento) até o limite de 02 créditos e 30 hs.
AC 5.6	**Participação em ato público de defesa de dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de conclusão do Curso de Serviço Social da UFMA.**	**Apresentação de relatório sobre o evento. (Ver anexo V)**	01 crédito (15 hs por evento) até o limite de 02 créditos e 30 hs.
AC 5.7	**Participação no Seminário Semestral de Estágio Obrigatório organizado pela coordenação do estágio do curso de serviço social/UFMA**	**Apresentação de Declaração emitida pela coordenação de estágio do curso de serviço social/UFMA**	01 crédito (15 hs por evento) até o limite de 02 créditos e 30 hs.
AC 5.9	**Participação em atividades decorrentes de intercâmbios ou convênios internacionais**	**Declaração da instituição onde foi realizado o intercâmbio, mencionado o período de sua realização**	02 créditos (30 hs por intercâmbio) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
AC 5.10	**Participação em cursos e mini-cursos**	**Declaração ou Certificado de Participação**	01 crédito (15 hs por participação) até o limite de 02 créditos e 30 hs.
TIPO 6 – ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO			
AC 6.1	**Estágio não obrigatório realizado em instituições conveniadas com a UFMA**	**Declaração da instituição informando a condição de estagiário, o (a) assistente social responsável pela supervisão técnica, o horário do estágio, e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no semestre assinado pelo (a) supervisor (a) técnico (a), assistente social com registro no CRESS.**	02 créditos (30 hs por semestre) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
TIPO 7 – REPRESENTAÇÃO ACADÊMICA			
AC 7.1	**Exercícios de cargo de representação estudantil em entidade nacional, regional ou estadual.**	**Ata da posse**	02 créditos (30 hs por semestre) até o limite de 04 créditos e 60 hs.
AC 7.2	**Exercício de cargo de representação estudantil nas turmas, e nas demais instancias da UFMA**	**Ata da posse**	01crédito (15 hs por semestre) até o limite de 02 créditos e 30 hs.

Aprovada em Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Serviço Social em 13.04.2009.

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo
Coordenadora ProTempore do Curso de Serviço Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO III

FORMULÁRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES – FAC

Ao Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

_____, graduando (a) do Curso de Serviço Social da UFMA, matriculado (a) com o código _____, telefone (s)_____ solicita a incorporação da(s) a(s) hora(s) referente(s) à Atividade Complementar, conforme indicado no campo abaixo, cuja cópia de documentação comprobatória pertinente vai anexada ao presente.

CATEGORIA PRETENDIDA (preencher Com os códigos de atividades constantes do ANEXOS II)	DENOMINAÇÃO DA ATIVIDADE* (preencher exatamente com o nome completo que estiver na documentação comprobatória)	PERÍODO DE REALIZAÇÃO E CARGA HORÁRIA** (dia/ano de início e término)
AC_____		____/____/_____ a ____/____/_____ Carga Horária: _____h

Nestes termos, pede deferimento,
São Luís/MA, _____ de _____ de 20___.

_____
Assinatura do (a) requerente

*Anexar cópia da documentação comprobatória
**A carga horária é de acordo com o Anexo II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DECIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
ANEXO IV
RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES – RAC[1]

1) DADOS DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR REALIZADA:

Tipo de AC_____ (Ver Anexo II)
Denominação da atividade:_____
Período de realização:_____
Carga horária:_____

2) DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR REALIZADA:
a) Destaque os aspectos mais importantes da atividade:
_____
_____
_____
b) Na sua opinião, dentre as questões levantadas, quais foram as mais relevantes?
_____
_____
_____
c) Os conteúdos abordados contribuíram para o seu aprendizado no curso?
( ) SIM ( ) NÃO. Por quê?_____
_____
_____
_____

[1] O RAC – Relatório de Atividade Complementar deve ser utilizado apenas quando se tratar de atividade que **não** tenha sido **oferecida, patrocinada ou apoiada** pela Coordenação do Curso de Serviço Social da UFMA ou pelo Departamento de Serviço Social da UFMA, bastando, nesses casos, o preenchimento do FAC – Formulário de Atividade Complementar (Anexo III), a comprovação de freqüência e sendo o caso, aproveitamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DECIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
ANEXO V
RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM ATO PÚBLICO DE DEFESA DE MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFMA; MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO OFERECIDO PELO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL; DISSERTAÇÕES OU TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO COM CONTEÚDOS PERTINENTES AO SERVIÇO SOCIAL

Nome do(a) aluno(a):_____ Código:_____
Obs: não esquecer de pedir as assinaturas dos professores e do (a) aluno (a)

1) DADOS DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR REALIZADA:
Nome do aluno que defendeu o trabalho:_____
Título do trabalho:_____
_____
Data da Defesa: _____ Local da defesa: _____
Horário:_____
Integrantes da Banca Examinadora:_____
_____
_____

Tipo de Trabalho Defendido:
( ) Monografia ( ) Graduação
( ) Especialização. Especificar_____
_____
( ) Dissertação de Mestrado. Especificar a área de realização do Mestrado: _____
_____
( ) Tese de Doutorado:. Especificar a área de realização do Doutorado:_____
_____

2) DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR REALIZADA:
a)Destaque os aspectos mais importantes da atividade:
_____
_____
_____
b) Na sua opinião, dentre as questões levantadas, quais foram as mais relevantes?
_____
_____
_____
c) Os conteúdos abordados contribuíram para o seu aprendizado no curso?
( ) SIM ( ) NÃO. Por quê?_____
_____
_____

_____	_____	_____	_____
Orientadora	Professor (a)	Professor (a)	Aluno (a)

ANEXO H - NORMAS DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENADORIA DE ESTÁGIO

NORMAS DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFMA
Normas Complementares à Resolução N° 1191/2014 - CONSEPE.

Regulamenta o Estágio Obrigatório e Estágio Não Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão nos termos da Resolução Nº 1191/2014 - CONSEPE.

A Coordenadora do Curso de Serviço Social, na qualidade de Presidente do Colegiado de Curso, no uso de suas atribuições designadas pela Portaria 163/2013-GR, considerando o que determina a Resolução nº 684/09-CONSEPE e o que foi decidido em reunião do referido colegiado em sessão realizada em 17 de março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Normas Específicas do Estágio Obrigatório e do Estágio Não Obrigatório do Curso de Serviço Social.

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA CONCEPÇÃO

Art. 2º Estágio é ato educativo desenvolvido no ambiente de trabalho, sob supervisão acadêmica e técnica, que visa à formação profissional das (os) discentes do Curso de Serviço Social como atividade constante do Projeto Pedagógico do Curso. Deve possibilitar a articulação das dimensões interventiva e investigativa do Serviço Social como condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade. De caráter obrigatório ou não obrigatório, deve ser desenvolvido com a inserção da (o) estagiária (o) em projetos de interesse social, de natureza interventiva, possibilitando a iniciação profissional em situações reais.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DO ESTÁGIO

Art. 3º A Coordenação, a Supervisão e a Avaliação do Estágio no Curso de Serviço Social serão realizadas através da Coordenação de Estágio subordinada à Coordenação do Curso de Serviço Social.

Art. 4º A Coordenação do Estágio no Curso de Serviço Social atuará em articulação com o Núcleo de Estágio que será composto pelo Coordenador de Estágio, docentes com função de supervisoras(es), supervisores técnicos e 01 representante estudantil.

Art.5º A Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social atuará em articulação com o Departamento de Serviço Social e com a Assessoria da COGEST e coordenará o Estágio Obrigatório e o Não Obrigatório.

§1º - A (o) Coordenadora (r) de Estágio será sugerida (o) pelo Núcleo de Estágio e eleita (o) pelo Colegiado de Curso para mandato de 2 anos, sendo permitida a sua reeleição para mais um mandato.

§2º - A (o) Coordenadora (r) de Estágio será substituída (o) nos seus impedimentos por docente membro do Colegiado indicada (o) por este.

§3º - O Coordenador de Estágio terá para o desenvolvimento de suas atividades, a carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

CAPÍTULO III
DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 6º O Estágio Obrigatório do Curso de Serviço Social deve permitir a inserção das (os) discentes em processos interventivos sobre a questão social e suas expressões no campo e na cidade, em instituições públicas, privadas (com ou sem fins lucrativos) e organizações

não governamentais, sendo planejado, executado e avaliado, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 7º O Estágio Obrigatório terá duração 720 (setecentos e vinte horas) e será considerado como um dos componentes finais da formação acadêmica, a ser iniciado após o cumprimento das disciplinas do Curso e dividido em duas etapas: Estágio em Serviço Social I e Estágio em Serviço Social II, com duração de 360 horas cada e com vinte horas semanais, sendo 02 horas semanais para realização de estudos e sistematização de documentação.

§1º - Excepcionalmente, o/a discente/a poderá de acordo com as supervisoras técnica e docente, cumprir até seis horas diárias em campo, distribuídas ao longo do semestre, sem, contudo, significar a redução do tempo do estágio.

§2º - Excepcionalmente, no Estágio em Serviço Social I, a (o) discente poderá cursar até duas disciplinas juntamente com o Estágio, desde que as disciplinas não tenham sido ofertadas no período normal, não sejam do DESES e não coincidam com o horário de Estágio Obrigatório da (o) discente.

§3º - Não havendo vagas suficientes para determinado campo de Estágio Obrigatório o critério de seleção consistirá em processo seletivo constituído de analise de histórico escolar considerando o coeficiente de rendimento.

CAPÍTULO IV
DOS CAMPOS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art 8º O Estágio realizar-se-á em campos pertencentes à Universidade Federal do Maranhão e instituições públicas e ou privadas, no meio rural e urbano, que atendam critérios estabelecidos pela UFMA, mediante celebração de convênios.

Art.9º O Estágio no interior do Estado, em áreas rurais ou urbanas, poderá ser realizado dentro dos programas de interiorização e em órgãos públicos e privados, desde que atendam os critérios previamente estabelecidos e que sejam asseguradas as condições básicas de alojamento, saúde, manutenção e transporte necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Art 10º Poderão ser utilizados campos de Estágio fora do Estado do Maranhão, de acordo com a Resolução Nº 1191/2014 - CONSEPE.

Art 11º Serão requisitos para aceitação da instituição como campo de Estágio:

I - Apresentar proposta de trabalho que permita formação profissional específica para a (o) Estagiária (o) a qual deve ser aprovada pelo Colegiado de Curso, após parecer da (o) Coordenadora (r) de Estágio.

II - Ter profissionais do Serviço Social que se responsabilizem e garantam a supervisão técnica dos estagiários (as).

III - Celebrar convênios com a UFMA, nos termos previstos pela Coordenação Geral de Estágio - COGEST/ Pró-Reitoria de Ensino - PROEN.

Art 12º Compete à Coordenação de Estágio indicar instituições concedentes para o campo de estágio do Curso, e submeter à aprovação do Colegiado, com vistas a compatibilizar a área de atuação com a área de formação, considerando as possibilidades de atuação relacionadas com a formação profissional, multiprofissional e interdisciplinar do estagiário.

Parágrafo Único: Os campos de estágio devem corresponder às áreas temáticas dos grupos de pesquisas do DESES e aos campos de trabalho de maior concentração de assistentes sociais no Estado do Maranhão, devendo as vagas ser distribuídas equitativamente entre os campos a cada ano.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art.13º São atribuições da (o) Coordenadora (r) de Estágio do Curso:

I - Garantir o processo de avaliação e revisão da Política de Estágio, em consonância com a proposta de formação profissional definida no currículo.

II - Elaborar em conjunto com a Coordenação do Curso e demais integrantes do Núcleo de Estágio o Plano Semestral que, após aprovado pelo Colegiado, será enviado à COGEST.

III - Propor ao Colegiado de Curso Normas Específicas de Estágio, com base na Resolução Nº 1191/2014 - CONSEPE.

IV - Orientar as (os) estagiários (as) na escolha da área e campos de Estágio.
V - Selecionar, distribuir e encaminhar os (as) alunos (as) aos campos de Estágio.
VI - Coordenar no início de cada semestre letivo, a Semana Pedagógica de Estágio em Serviço Social e a distribuição das/os estagiários (as) e supervisores (as) para o Estágio Obrigatório.
VII - Atender aos (as) alunos (as) e supervisores (as) em dias pré-determinados.
VIII - Enviar à COGEST no final de cada semestre letivo, relatório de suas atividades, após aprovação pelo Colegiado do Curso.
IX - Coordenar o Núcleo de Estágio.
X - Promover reuniões com os (as) técnicos (as) supervisores (as) das instituições campos de Estágio e docentes supervisores (as) para análise do processo de supervisão.
XI - Promover ciclos de estudos, seminários e cursos de atualização para técnicos (as) supervisores (as) das instituições, docentes e estagiários (as).
XII - Participar de reuniões, encontros, treinamentos, seminários e cursos promovidos pela COGEST.
XIII - Emitir parecer nas questões de Estágio do Curso, ouvindo o Núcleo de Estágio.
XIV - Enviar semestralmente ao CRESS a relação de estagiários, supervisores técnicos e docentes.
XV - Encaminhar ao Colegiado do Curso as questões do Estágio que exijam deliberação dessa instância.

TÍTULO II
CAPÍTULO I
SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art.14º Entende-se por supervisão e orientação o acompanhamento obrigatório das atividades de estágio exercidas por docentes do curso e técnicos (as) indicados (as) pelas instituições visando à consecução dos objetivos destas e da formação profissional da (o) estagiária (o).
§ 1º A supervisão será exercida diretamente pelo (a) supervisor (a) técnico (a) na prática cotidiana dos campos de Estágio e por supervisores (as) docentes.
§ 2º O processo de supervisão será definido pelo Núcleo de Estágio e constará da programação de Estágio a ser aprovada pelo Colegiado de Curso.
§ 3º A supervisão consiste na orientação, controle, acompanhamento e avaliação das atividades de estágio, visando à consecução dos objetivos propostos.
§ 4º A supervisão de estágio será exercida pelo Supervisor Técnico da Instituição e pelo Supervisor Docente, através de acompanhamento quinzenal, por meio de contatos, reuniões entre Supervisores e Estagiários, podendo se realizar de maneira individual ou em grupo.
§ 5º Em caso de Estágio realizado fora do Estado, do país ou no interior do Estado, a Supervisão será exercida pelo Supervisor Técnico da Instituição-Campo de Estágio.
Parágrafo único- Na impossibilidade de acompanhamento presencial da supervisão docente a (o) Coordenadora (r) de estágio será responsável pela articulação dessa modalidade de estágio com o supervisor técnico e o aluno.
Art. 15º Será designado um docente para a supervisão do Estágio Não Obrigatório.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DAS SUPERVISORAS (ES) DOCENTES E ESTAGIÁRIAS (OS)

Art. 16º São atribuições do (a) Supervisor (a) docente:
I - Participar do planejamento das atividades do estágio, em conformidade com o calendário acadêmico da UFMA e a programação do Campo de Estágio;
II - Conhecer os objetivos, a estrutura, programação, funcionamento e significado para a sociedade das políticas sociais desenvolvidas nas instituições onde se encontram inseridos os estagiários sob sua supervisão.
III - Incentivar a participação do supervisor (a) técnico (a) nas atividades relacionadas ao processo de estágio.
IV - Promover com o supervisor (a) técnico (a) estudos relativos ao campo de estágio e à política específica, contribuindo para o constante aperfeiçoamento técnico-científico dos trabalhos desenvolvidos nos campos de Estágio.

V - Atribuir notas ao estagiário a cada 120 (cento e vinte) horas, através da avaliação técnico - pedagógica sistemática em conjunto com o supervisor (a) técnico (a) e o (a) aluno (a).
VI - Acompanhar as atividades do Estágio e o desempenho dos (as) estagiários (as), estimular o intercâmbio entre o curso e o campo de estágio e analisar e rubricar documentos dos (as) alunos (as).
VII - Realizar encontros pedagógicos com as/os alunos/as quinzenalmente.
VIII - Elaborar, no início do período de estágio, plano de ensino e de supervisão, considerando a área de atuação e o grupo de estagiários (as).
IX - Orientar a elaboração do plano de atividades de estágio dos (as) alunos (as).
X - Cumprir as datas previstas de avaliações, registro de notas no sistema acadêmico e entrega de documentação na Coordenação de Estágio.
XI - Participar das reuniões e ações do Núcleo de Estágio.
XII - Participar de ciclos de estudos, seminários, encontros etc., promovidos pela Coordenação de Estágio.
XIII - Contribuir para apreensão, por parte dos (as) alunos (as), dos princípios de ética profissional, conforme estabelecido no atual Código de Ética do Serviço Social.
XIV - Orientar o processo de elaboração do Relatório Final de Estágio em articulação com o Supervisor Técnico.
Art. 17º São atribuições da (o) supervisora (r) técnica (o):
I - Participar do planejamento das atividades e cronogramas de execução do estágio, em conformidade com o calendário acadêmico da UFMA e a programação do Campo de Estágio;
II - Atribuir notas ao estagiário a cada 120 (cento e vinte) horas, a partir da avaliação sistemática em conjunto com o supervisor (a) técnico (a) e o (a) aluno (a).
III - Definir com supervisores (as) docentes e estagiários (as) as atividades destes nos campos de estágio.
IV - Participar dos ciclos de estudos, seminários, encontros, capacitações, promovidos pela Coordenação de estágio.
V - Tomar conhecimento, analisar e rubricar a documentação dos (as) aluno (as).
VI - Estabelecer com o supervisor docente dias de avaliação no campo.
VII - Informar a supervisora docente sobre qualquer fato ocorrido que esteja prejudicando as atividades dos (as) estagiários (as) e de instituições campo de estágio.
VIII - Discutir com a supervisora docente e estagiários (as) as situações que impliquem desligamento destes dos campos de Estágios.
IX - Estimular o intercâmbio entre o Curso de Serviço Social e o Campo de Estágio.
X - Acompanhar e orientar sistematicamente os (as) estagiários (as) no desenvolvimento de suas atividades no campo.
XI - Proceder a estudos em conjunto com supervisores (as) docentes e estagiários (as) sobre questões pertinentes ao trabalho profissional e ao processo de supervisão**.**
Art.18º São atribuições das (os) estagiárias (os):
I - Ter identificação funcional na Instituição Concedente como estagiários (as).
II - Assumir com responsabilidade o trabalho a ser desenvolvido no campo de Estágio.
III - Observar o horário da Instituição e o cumprimento da programação estabelecida para o estágio.
IV - Assumir atividades compatíveis com as condições de estagiário (a) e com o processo ensino-aprendizagem.
V - Contribuir, no decorrer do Estágio, para a construção de propostas alternativas do exercício profissional.
VI - Atender as datas e prazos de avaliações e entrega de documentação do Estágio.
VII - Vivenciar no cotidiano do campo de estágio os princípios da ética, conforme o Código de Ética Profissional vigente e o projeto ético-político da profissão.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO

Art. 19º Avaliação é o julgamento parcial ou final dos resultados obtidos nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, observando critérios e objetivos. Como um processo contínuo e

abrangente, deverá ocorrer antes, durante e depois do desenvolvimento das atividades especificadas na Programação de Estágio.

Art. 20º A avaliação dos (as) estagiários (as) será feita em conjunto por supervisores (as) docentes, supervisores (as) técnicos (as) e estagiários (as)

Art. 21º Avaliar-se-á, além dos (as) estagiários (as), a sistemática de Estágio, o processo de supervisão, a programação, o campo de estágio e outros elementos que interfiram nas atividades de estágio, em nível de inserção dos (as) estagiários (as).

§ Único - A avaliação dos (as) aluno (as) será feita após a integralização de 120 (cento e vinte horas) de carga horária no campo de estágio, em ficha própria de avaliação de Estágio.

Art. 22° Serão considerados (as) aprovados (as) no Estágio, os (as) estagiários (as) que integralizarem a carga horária prevista e obtiverem a nota mínima 07 (sete inteiros).

I - Não será permitida a recuperação de alunos (as) que não lograrem aprovação, conforme o caput deste artigo.

II - A frequência dos alunos (as) será registrada diariamente, em folha de freqüência específica, sob a responsabilidade do supervisor técnico.

III - A nota final do Estágio constituir-se-á na média aritmética das 02 (duas) notas obtidas a cada semestre letivo.

IV - Para aferição de cada uma das notas serão considerados os elementos contidos na ficha de avaliação de estágio.

§ Único - Alunos (as) que solicitarem afastamento do estágio para outras atividades acadêmicas ou de outra natureza deverão repor a carga horária em acordo com a supervisora técnica, não sendo permitida a aceleração da carga horária do estágio devendo ser cumprido o calendário acadêmico.

TÍTULO III
CAPÍTULO I
DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 23º O Estágio Não Obrigatório é atividade opcional e complementar à formação da (o) discente, podendo ser desenvolvido a partir do quinto período do curso, cujo término ocorrerá até o sétimo período.

§1º - O Estágio Não Obrigatório será realizado em instituições conveniadas com a Universidade Federal do Maranhão, por meio da Coordenação Geral de Estágio/Pró-Reitoria de Ensino, devendo ser computados para fins de atividade complementar, até o limite de 60 horas.

§ 2º - O Estágio Não Obrigatório não deverá interferir em nenhuma hipótese nas atividades de ensino e no período de conclusão do curso, não podendo coincidir com o mesmo horário do Estágio Obrigatório.

§ 3º - O Estágio Não Obrigatório não poderá ser convertido em estágio obrigatório.

§ 4º - A realização de estágio não obrigatório em determinada instituição não assegura vagas para o estágio obrigatório na mesma instituição em nenhuma hipótese.

TÍTULO IV
CAPÍTULO I
DA INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.

Art. 24º O aluno deverá preencher os seguintes critérios para inserção e permanência no Estágio Não Obrigatório:

1. Submeter-se a um processo de pré-seleção, mediante análise de histórico escolar, sob a responsabilidade da Coordenação de Estágio, mediante homologação do Colegiado do Curso.
2. Estar regularmente matriculado no quinto ou no sexto período do Curso;
3. Ter cursado 50% das disciplinas;
4. Apresentar Termo de Compromisso.
5. Apresentar Plano de Atividades de Estágio, conforme Anexo I.
6. Ser supervisionado por assistente social como supervisor técnico da instituição conveniada.

CAPÍTULO II
DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 25.º O aluno deverá ser avaliado semestralmente pelo supervisor técnico e supervisor docente. A avaliação deverá ser encaminhada ao Colegiado do Curso juntamente com o relatório das atividades desenvolvidas no semestre.
§ Único - O instrumento de avaliação será o Relatório Semestral que deverá contemplar competências e habilidades previstas no Plano de Atividades. O Relatório Final deverá apresentar a análise conclusiva do Estágio.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26º A inscrição para o Estágio será feita durante o período estabelecido no calendário acadêmico, sendo exigido o cumprimento dos pré-requisitos das determinações constantes dos Artigos 7º e 24º, da presente Norma.
Art. 27º O Relatório Final de estágio obrigatório deverá ser entregue na Coordenação do Curso em mídia digital, conforme Resolução Nº 1191/2014 - CONSEPE.
Art. 28º A não observância das normas de estágio implicará no desligamento dos (as) alunos (as) do campo de Estágio.
Art. 29º A Universidade contratará seguro de acidentes pessoais, em favor do Estagiário, nos termos da Resolução Nº 1191/2014 - CONSEPE.
Art. 30º Caberá ao Colegiado de Curso estabelecer alterações que porventura vierem a acontecer.
Art. 31º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.
Art. 32º Estas normas entrarão em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.
São Luís (MA), 22 de dezembro de 2014.

ANEXO I - NORMAS DE MONOGRAFIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, COMPLEMENTARES À RESOLUÇÃO Nº 1175/2014 - CONSEPE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE MONOGRAFIA

NORMAS DE MONOGRAFIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, COMPLEMENTARES À RESOLUÇÃO 1175/14- CONSEPE

Revoga as normas complementares s/nº de 24/08/99 e estabelece disposições sobre Monografia de Conclusão de Curso de Serviço Social, na forma de Resolução nº 1175/2014 - CONSEPE.

O Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe o art. 99 da Resolução 1175/2014 - CONSEPE e que foi decidido por este colegiado em reunião do dia 22/12/2014.

Art. 1º - A apresentação de Monografia de Conclusão de Curso é obrigatória para todas (os) alunas (os) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Parágrafo Único **-** O determinado no *"caput"* deste artigo aplica-se também às (aos) alunas (os) que ingressarem no Curso de Serviço Social da UFMA por via de transferência interna ou externa, matrícula de graduado, readmissão no Curso, bem como aquelas (es) que retornarem ao Curso em consequência de reabertura de matrícula trancada.

Art. 2º - Compreende-se como Monografia de Graduação o trabalho que aborde, analise e sistematize um tema relacionado com o conhecimento adquirido e produzido na formação acadêmica, como resultado de um processo inicial de investigação científica, condizente com o nível de exigência de um trabalho de graduação.

Parágrafo Único - O objeto de estudo da monografia deverá ser vinculado aos eixos temáticos do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social e, preferencialmente, ao Estágio Obrigatório.

Art. 3º - O trabalho monográfico deverá ser elaborado individualmente sob orientação de uma professora ou um professor desde o projeto até a defesa da monografia, sendo garantida a orientação por dois semestres letivos e consecutivos.

Art. 4º - A (o) aluna (o) deverá entregar seu projeto monográfico ao Colegiado de Curso, no prazo máximo de 60 dias após a expedição do Memorando de encaminhamento da (o) aluna (o) a Orientadora (or), pela Coordenação de Monografia (Anexo 1). O Projeto será submetido à homologação do Colegiado de Curso.

§ 1º- A mudança de orientadora (or), se ocorrer, deverá ser feita a partir de solicitação justificada pela (o) interessada (o), professora (or), aluna (o), e deliberada pelo Colegiado de Curso.

§ 2º - As Coordenadoras do Curso de Serviço Social e de Monografia não substituirão a (o) professora (or) orientadora (or), à exceção do caso citado no artigo 4º, § 1º.

Art. 5º - A (o) professora (or) orientadora (or) e a (o) aluna (o) elaborarão um Plano de Trabalho, com cronograma, no qual será definida a periodicidade das sessões de orientação e a produção a ser apresentada pela (o) aluna (o).

§ 1º - O produto do TCC I será o Projeto monográfico aprovado pelo Colegiado de Curso e o 1º capítulo da monografia aprovado pela (o) Orientadora (or).

§ 2º - O produto do TCC II constará da finalização da monografia, aprovada pela (o) Orientadora (or).

§ 3º - A (o) aluna (o) que não apresentar produção de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho após dois semestres letivos perderá direito à orientação.

Art. 6º - Os trabalhos monográficos elaborados fora do prazo regular de orientação serão submetidos a uma pré-banca constituída por duas (dois) professoras (es), indicados pela Coordenação de Monografia, que avaliarão uma versão preliminar completa do trabalho

contendo: introdução (que apresente objeto de estudo, justificativa, objetivos, metodologia e estrutura do trabalho); desenvolvimento do trabalho, composto por dois capítulos, conclusão e referência.
§ 1º - A (o) aluna (o) incluída (o) no *caput* deste artigo deverá encaminhar duas cópias do seu trabalho monográfico à Coordenação de Monografia, acompanhadas de requerimento solicitando a pré-banca.
§ 2º - As (os) professoras (es) componentes da pré-banca deverão elaborar um parecer detalhado sobre os elementos que precisarão ser incluídos ou modificados no trabalho, sendo que uma (um) delas (es) ficará responsável pela orientação da (o) mesma (o) no semestre letivo.
Art. 7º - Concluída a elaboração do Trabalho Monográfico e no prazo definido pelo Colegiado, a (o) aluna (o) deverá entregar três cópias para defesa acompanhadas do parecer final (Anexo) de liberação da monografia expedido pela professora (or) orientadora (or) à Coordenação de Monografia.
§ 1º - Após 15 dias da defesa da Monografia a (o) aluna (o) deverá entregar 02 (duas) cópias da versão definitiva, com a inclusão das sugestões da banca examinadora, ambas em CD versão pdf.
Art. 8º - A (O) aluna (o) que ao final de dois semestres consecutivos não defender a sua monografia deverá assinar um Plano de Estudos para conclusão da Monografia em mais um semestre letivo.
Art. 9º - A Coordenação de Monografia é responsável por divulgar o período de entrega de monografia, bem como dia, hora, local de defesa e composição da banca de defesa pública com antecedência de até 05 (cinco) dias, conforme calendário da UFMA.
Art. 10 - A Banca Examinadora de Monografia será estabelecida pelo Colegiado de Curso, considerando a afinidade entre suas formações profissionais e o tema da monografia e, quando possível, a indicação da (o) orientadora (or) e da (o) aluna (o).
§ 1º - A Banca Examinadora será composta pela (o) orientadora (or) e mais duas professoras (es), da UFMA ou de outra Instituição de Ensino Superior.
§ 2º - No caso da (o) orientadora (or) ser de outro Departamento, a Banca será definida pelo Colegiado de Curso de Serviço Social e composta por duas professoras do DESES.
§ 3º - A defesa da Monografia somente será procedida com o comparecimento de todos os membros integrantes da banca examinadora.
§ 4º - No impedimento de qualquer membro da banca examinadora em comparecer à sessão de que trata este artigo, deverá ser marcada nova data para defesa e substituída (o) a professora (or) impedida (o), caso seja necessário.
§ 5º - A (o) aluna (o) que não comparecer à sessão de defesa de monografia na data e horário determinados terá a sua Monografia avaliada em novo prazo a ser definido pela Coordenação de Monografia.
Art. 11º - A defesa de que trata o Art.10 destas Normas será feita considerando a apresentação escrita e a defesa oral, observando os seguintes critérios:
Na apresentação escrita: conteúdo – 5 (cinco) pontos; redação - 3 (três) pontos e; normalização - 2 (dois) pontos. Na defesa oral: capacidade de exposição - 5 (cinco) pontos; e; as respostas à arguição - 5 (cinco) pontos.
§ 1º - A (o) aluna (o) terá o prazo máximo de 30 minutos para a exposição e cada membro da banca examinadora poderá argui-la (lo) em até 10 minutos, com mais 10 minutos para respostas à banca e mais 10 minutos para elaboração da ata da comissão examinadora.
§ 2º - Cada membro da banca examinadora atribuirá nota à apresentação escrita e à defesa oral. O resultado final será obtido pela média aritmética das notas de cada membro da banca examinadora.
Art. 12º - Será recusada por conteúdo a Monografia na qual seja identificada a reprodução parcial de textos de outro autor ou autora sem as devidas citações das fontes, ou a reprodução total de um trabalho científico, caracterizando plágio.
§ 1º - A caracterização do plágio verificar-se-á pela utilização da técnica das linhas assimétricas, que consiste em colocar os textos um ao lado do outro e verificar se eles têm partes idênticas ou semelhantes, com alteração apenas de alguns termos.

§ 2º - Identificado o plágio a banca examinadora reunir-se-á e encaminhará à Coordenação de Monografia uma notificação especificando os motivos da recusa do trabalho monográfico.
§ 3º - A (o) aluna (o) que tiver o seu trabalho monográfico recusado será notificada (o) pela Coordenação de Monografia para, no prazo de 07 (sete) dias, apresentar ao Colegiado de Curso defesa escrita e pedido de novo prazo para apresentação de trabalho monográfico.
§ 4º - O Colegiado de Curso de Serviço Social deverá apreciar o pedido no prazo máximo de 10 dias úteis.
§ 5º - A (o) aluna (o) que reproduzir trabalho científico na íntegra deverá elaborar outro trabalho monográfico, no prazo a ser definido pelo Colegiado de Curso de Serviço Social considerando o calendário acadêmico e o tempo que dispõe para integralização do Curso.
§ 6º- Quando não se tratar de reprodução total de trabalho científico, a (o) aluna (o) poderá vir a reformular o mesmo trabalho monográfico cujo conteúdo será submetido a parecer prévio da Banca Examinadora.
§ 7º- Em casos de processo judicial movido por parte das (os) autoras (es) plagiadas (os) contra a (o) aluna (o) plagiante, conforme previsto pela Lei nº 9.610 – Lei dos Direitos Autorais, a Coordenação de Monografia, Coordenação de Curso e Departamento de Serviço Social, ficam autorizados a fornecerem os documentos solicitados.
Art. 13º - Será aprovada a Monografia a qual tenha sido conferida a nota igual ou superior a 7,0 (sete).
Art. 14º - O título e a nota da Monografia deverão ser registrados no Histórico Escolar da (o) aluna (o).
Art. 15º - O nome da(o) aluna(o), o título da Monografia, local, data, horário, nome das(os) professoras(es) da Banca Examinadora, a aprovação, nota e outras informações comporão a Ata de Defesa Pública de Monografia, que será lavrada e assinada pelas(os) professoras(res) da Banca Examinadora.
§ 1º - A Ata da Defesa Pública de Monografia será elaborada em duas vias, que serão entregues para Coordenação do Curso de Serviço Social e para a(o) aluna(o).
§ 2º - Após a aprovação, versão final da monografia, normalizada e revisada, deverá ser depositada na Coordenação do Curso, 02 cópias em mídia digital, a qual será encaminhada pela Coordenação de Monografia ao Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA e ao Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social – CDILUSS.
Art. 16º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso de Serviço Social.
Art. 17º - Estas Normas entrarão em vigor na data de sua aprovação.

Aprovado pelo Colegiado de Curso de Serviço Social em Reunião Ordinária do dia 22/12/2014.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO **CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS** **DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL** **CURSO DE SERVIÇO SOCIAL** **COORDENAÇÃO DO NUCLEO DE MONOGRAFIA**

Parecer Final de Liberação de Monografia para Banca de Defesa

Anexo

Professor Orientador: _____
Aluno(a): _____
Título da Monografia: _____
_____
_____
_____
_____

PARECER

AVALIAÇÃO DA PROFESSORA ORIENTADORA:
A Monografia apresenta as exigências necessárias para a defesa? SIM ( ) NÃO ( )

São Luís, _____de_____de _____

_____
Professora Orientadora

ANEXO J - PARECER SOBRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PARECER

O presente parecer trata do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA elaborado mediante processo coletivo de discussão, análise e revisão do projeto de formação profissional vigente, envolvendo discentes, docentes, supervisores técnicos de estágio e assistentes sociais representantes do Conselho Regional de Serviço Social /MA. Convém destacar que esta proposta se alinha às diretrizes curriculares da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

O referido Projeto Pedagógico contém dois itens: Introdução e Estrutura Curricular. No primeiro item consta justificativa e objetivos; enquanto o segundo engloba o perfil profissional, as competências e habilidades necessárias ao profissional, os princípios da formação profissional, os eixos temáticos constitutivos do currículo. Na estrutura curricular ainda são apresentados os componentes curriculares relativos ao ensino, pesquisa e extensão. Como justificativa, a proposta demarca a necessidade de reformulação do currículo em vigor, expressa pelos elementos abaixo:

- Inflexões no campo profissional do Serviço Social, manifestas principalmente nas alterações em relação ao perfil do mercado de trabalho e às demandas e competências profissionais;
- Repercussões no contexto profissional do debate acadêmico travado sobre as novas demandas decorrentes das transformações no mundo do trabalho, bem como as demandas colocadas para a formação e exercício profissional da/do assistente social;
- Necessidade de reafirmar a adequação ética, política, teórica e metodológica da direção social da formação profissional assumida pelo curso desde a proposta curricular/1982, vinculada às lutas e demandas dos setores populares e o redimensionamento de conteúdos programáticos e práticas pedagógicas para o avanço da formação profissional nessa direção.

Quanto à estrutura curricular, esta inicia com a apresentação do perfil do profissional que inclui a capacidade de análise da realidade, de formulação e implementação de propostas de intervenção, de realização de pesquisas no campo social e sobre a própria profissão e de organização político-profissional, além de estimular o exercício da docência para a formação profissional específica do assistente social e de outros profissionais de áreas afins.

Dessa forma, a proposta objetiva um profissional crítico e com formação abrangente, tendo como fundamento as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Em relação às competências e habilidades requeridas do profissional, estas são definidas com base na Lei n º 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social. Tais competências e habilidades são assim definidas:

1. Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, bem como a formação e gestão de recursos humanos, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas e outras entidades e organizações da sociedade civil;
2. Assessoria e apoio aos movimentos e grupos sociais populares no exercício e conquista dos direitos civis, políticos e sociais;
3. Assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e outras entidades e organizações político-sindicais direcionadas aos interesses e segmentos das classes subalternizadas;
4. Orientação a indivíduos e grupos usuários de seus serviços profissionais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos e ainda no sentido de responder a outras demandas específicas;

5. Planejamento, execução e avaliação de pesquisa que possam contribuir para a análise da realidade social, para subsidiar ações profissionais e outros processos interventivos e para o avanço da produção do conhecimento na área de Serviço Social e áreas afins;
6. Desenvolvimento da docência para a formação profissional na área de Serviço Social e áreas afins.

Tais competências e habilidades têm base nos princípios da formação profissional, que se orientam pela perspectiva da flexibilidade dos componentes curriculares e organicidade da proposta, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, o currículo busca propiciar aos discentes um rigoroso trato teórico histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social. Nesse contexto, o currículo parte do princípio de que é preciso oferecer as/aos futuras/os assistentes sociais uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

A interdisciplinaridade e o pluralismo são buscados como princípios inerentes à vida acadêmica, bem como a garantia de valores éticos em todas as dimensões da formação profissional.

Foram definidos 13 (treze) eixos temáticos constitutivos do currículo:

1. Serviço Social em sua inserção no movimento da sociedade: dimensão ético-política; processos históricos e fundamentos teórico-metodológicos; processos interventivos, pesquisa; formação profissional e organização dos assistentes sociais;
2. Questão Social e Políticas Públicas;
3. Questão agrária, urbana e ambiental;
4. Movimentos Sociais e direitos;
5. Direitos humanos;
6. Desigualdades sociais e pobreza: formas históricas de enfrentamento;
7. Relação entre Estado e Sociedade Civil: políticas sociais, organizações políticas e estratégias de participação;
8. Diversidades e desigualdades sociais: classes sociais, gênero, raça/etnia, geração e pessoa com deficiência;
9. Instituições Sociais e Controle Social;
10. Serviço Social nos processos de mundialização;
11. Transformações no mundo do trabalho, sindicalismo e outras formas de organização dos (as) trabalhadores (as);
12. Cultura e subjetividade;
13. Desenvolvimento regional.

Entre os componentes curriculares estão elencados: disciplinas obrigatórias e optativas; oficinas; seminários temáticos; estágio curricular; trabalho de conclusão de curso e atividades acadêmicas complementares.

Com relação às disciplinas cabe observar alterações nos conteúdos, de modo a atualizá-los a partir das avaliações e discussões realizadas; e ainda, em consonância com as dinâmicas e demandas apresentadas pela realidade atual no contexto das transformações em que passa a sociedade brasileira e maranhense e consequentemente a universidade brasileira.

Neste sentido, no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, foram retiradas três disciplinas: Pensamento Social, Direito e Legislação Social e Língua Portuguesa. A primeira, por apresentar conteúdo similar à disciplina Teoria Política; a segunda, em razão do conteúdo encontrar-se distribuído em disciplinas que tratam das políticas setoriais e suas legislações específicas. A disciplina de Língua Portuguesa, pela falta de oferta regular ocasionando, dessa maneira, a retenção dos alunos. Além disso, avaliamos que este é um conteúdo que os discentes devem buscar aperfeiçoar ao longo da vida acadêmica.

A disciplina Metodologia Científica foi substituída pela disciplina Metodologia nas Ciências Sociais e Serviço Social. Destacam-se a inclusão das disciplinas antes optativas, Relações Étnico-Raciais no Brasil e Serviço Social e, Relações de Gênero e Serviço Social como disciplinas nucleares, pela identidade destas temáticas com o Curso. Os conteúdos das ementas foram alterados no sentido de acrescentar elementos presentes no debate atual.

Nas disciplinas constitutivas do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica do Brasil, além das alterações de ementas foi retirada a disciplina Política Social III em razão de seu conteúdo estar contemplado em Política Social II, sobretudo após redimensionamento da ementa, como também, foi feita alteração na carga horária das disciplinas Seminário Temático I e Seminário Temático II, de 30 para 45 horas.

Nas disciplinas constitutivas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional houve a reformulação das ementas, assim como feita a alteração de carga horária da disciplina Planejamento Social e Serviço Social de 90 para 60 horas; a disciplina Metodologia do Trabalho Científico teve sua carga horária reduzida de 60h para 45h; a disciplina Pesquisa em Serviço Social III foi suprimida, mantendo as disciplinas Pesquisa em Serviço Social I e II com 60 horas cada. Ainda foi suprimida a disciplina Oficina de Procedimentos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social III.

O Estágio curricular é concebido como atividade obrigatória, com carga horária prevista de 720 horas distribuídas nos dois semestres finais do curso e se configura como um momento privilegiado de síntese e aprofundamento da formação acadêmica, conforme normas em anexo.

Embora a inserção direta do aluno no exercício profissional esteja prevista apenas ao final do curso, a proposta mantém atividades acadêmicas complementares ampliadas de 120 para 315 horas, as quais propiciam vivências dos discentes em processos investigativos e interventivos, como forma de iniciá-los em situações concretas de inserção do profissional.

Destacam-se, ainda, as disciplinas optativas com o objetivo de aprofundamento de temas diversos, relacionados aos Núcleos constitutivos do currículo, totalizando 14 disciplinas, dentre as quais foram incluídas Política de Previdência Social e Serviço Social; e Libras, ambas com 60 horas.

A proposta do currículo em pauta é complementada com Pesquisa, e Extensão as quais se orientam pelos mesmos princípios e valores que fundamentam as atividades de ensino.

Para dar apoio, no que se refere à produção do conhecimento e a socialização de informações e documentos sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Brasil e na América Latina e, de modo particular, no Maranhão, o Departamento de Serviço Social criou o Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social – CDILUSS.

Visando efetivar sua proposta de pesquisa, o Departamento conta com cinco grupos organizados em torno de linhas de pesquisa e cadastrados no CNPq, quais sejam:

1) Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza - GAEPP com as seguintes linhas de pesquisa: a) Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda: b) Avaliação de Políticas e Programas Sociais;
2) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas - GDÈS, com as seguintes linhas de pesquisa: a) Estado, Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas; b) Movimentos Sociais, Práticas Coletivas e Controle Social; c) Direitos Humanos, Seguridade Social e Família; d) Violência, Gênero e Geração, Criança e Adolescente; e) Formação Profissional e Processos de Trabalho em Serviço Social.
3) Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social - GSERMS, com as seguintes linhas de pesquisa: a) fundamentos teóricos e metodológicos; b) função histórica e tendências atuais do Serviço Social em suas relações com os movimentos sociais nos processos de enfrentamento da questão social; c) lutas sociais no Maranhão - campo e cidade; d) Relação Estado e sociedade civil; e) trabalho e sindicalismo;

4) Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Mulheres e Feminismos – GERAMUS com as seguintes linhas de pesquisa: a) Mundo do trabalho, relações de gênero, étnico-raciais e geracional; b) Desenvolvimento, relações de gênero, étnico-raciais e geracionais; c) Estudos culturais, relações de gênero, étnico-raciais e geracional; d) Políticas Públicas, Serviço Social, relações de gênero, raça-etnia e geracional; e) Violência de gênero, étnico-racial e geracional; f) Movimentos de mulheres e feminismos.
5). Grupo de pesquisas e Estudos sobre tempo, trabalho, Identidade e Serviço Social - GPETISS, com duas linhas de pesquisa: a) Identidade, Processos de Trabalho e Serviço Social; b) Modos de Vida e Processos de Trabalhos.

Articulado ainda à proposta de currículo destaca-se a política de pós-graduação do Departamento de Serviço Social para a formação de recursos humanos (*strictu-senso* e *latu-sensu*) no estado do Maranhão. Com isso, pretende-se:

- inserir o Departamento e o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão no Sistema Nacional de Pós-Graduação em Serviço Social;
- contribuir para a formação do pensamento crítico mediante processos de capacitação continuada dos assistentes sociais no Maranhão;
- contribuir para elevação da qualidade do ensino da graduação na UFMA, através do desenvolvimento e intercâmbio sistemático entre a pós-graduação e a graduação, no âmbito do Serviço Social e de outras áreas de conhecimento afins;
- ampliar o intercâmbio e participação dos assistentes sociais, professores da UFMA, com os assistentes sociais docentes de outras universidades brasileiras e internacionais.

Cabe assinalar que, em resposta às demandas postas pela categoria de assistentes sociais do Maranhão em relação à capacitação, em nível de pós-graduação, o DESES instituiu em caráter permanente, a pós-graduação *latu-sensu* por meio, inicialmente, de um curso de especialização sobre Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social, que se encontra em sua terceira turma. Posteriormente, atendendo a uma demanda interdisciplinar, encontra-se em andamento o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social – CEEPDS, realizado em parceira com o Núcleo de Ensino à Distância – NEAD, alcançando 150 municípios no estado.

A nível *strito sensu*, iniciou em 1993 o Mestrado em Políticas Públicas, também com caráter interdisciplinar, articulando vários departamentos da UFMA. A partir de 2001, adquiriu dimensão de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, com a criação do Curso de Doutorado.

Por fim, a Política de Extensão configura-se como fundamental dentro da proposta, estando em fase de aprofundamento no que diz respeito à concepção orientadora das várias iniciativas e demandas postas ao Curso e Departamento em termos de articulação mais efetiva com a sociedade.

Face ao exposto, considera-se o projeto apresentado coerente com as diretrizes do projeto profissional historicamente defendido pela categoria, procurando uma adequação crítica aos processos atuais da sociedade e seus rebatimentos sobre o campo de trabalho do profissional e sobre o próprio exercício profissional. Esta proposta procura preparar profissionais competentes para intervir no campo de contradições postas pela conjuntura em curso, e que sejam capazes de contribuir para transformar tal realidade. O currículo apresenta, por outro lado, coerência interna, cuja lógica é orientada pela flexibilidade e organicidade como forma de garantir um bom padrão de desempenho.

No que se refere ao acompanhamento da implementação desta proposta, este será de competência do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social, que fará monitoramento e avaliação do processo, por um período de 03 anos, a contar de 2016.2, em consonância com as prerrogativas legais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, regulamentadas pela Lei n.10.861/2004; Parecer CONAES, nº 04, de 17 de junho de 2010; Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010; e Resolução nº 856, de 30 de agosto de 2011 - CONSEPE/UFMA.

Após discussões, aceitas, pelo Colegiado, de algumas alterações sugeridas, somos de parecer pela sua aprovação e encaminhamento aos setores competentes.

São Luís, Novembro de 2014.
Profa. Dra. Aurora Amélia Brito Miranda
Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo
Relatoras